



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

A linha tênue entre os vigias e os vigiados:

**AS PRÁTICAS POLICIAIS DE PM'S NEGROS EM SEUS
ENCONTROS COM A COMUNIDADE NEGRA DO DISTRITO
FEDERAL**

ALINE MAIA NASCIMENTO

Brasília, 2014

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Monografia de Graduação

**A linha tênue entre
os vigias e os vigiados:
AS PRÁTICAS POLICIAIS DE PM'S NEGROS EM SEUS ENCONTROS
COM A COMUNIDADE NEGRA DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia.

ALINE MAIA NASCIMENTO

Banca Examinadora:

Maria Stela Grossi Porto (SOL/UnB) – Orientadora

Haydée Glória Cruz Caruso (SOL/UnB)

Mário Lisboa Theodoro (Senado)

Brasília, Julho de 2014

Nascimento, Aline Maia, 1990 –

A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de pm's negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal / Aline Maia Nascimento. 2014.

Orientadora: Maria Stela Grossi Porto.

Monografia – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2014.

Referências Bibliográficas: f. 89- 95.

1. Policiais Militares. 2. Suspeição. 3. Abordagem. 4. Racismo. 5. Negros.
I. Porto, Maria Stela Grossi. II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. III. Título.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Monografia de Graduação

**A linha tênue entre
os vigias e os vigiados:
AS PRÁTICAS POLICIAIS DE PM'S NEGROS EM SEUS ENCONTROS
COM A COMUNIDADE NEGRA DO DISTRITO FEDERAL**

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Maria Stela Grossi Porto (Orientadora)

Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia

Prof^ª Dr^ª Haydée Glória Cruz Caruso

Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia

Prof. Dr. Mário Lisboa Theodoro

Senado Federal

*Dedico aos meus pais: Ivone Nascimento e Izaías do Nascimento Filho. À
vovó também: Aurelina Coelho. Porque não poderia ser diferente!*

AGRADECIMENTOS

“Pelo chão, pelo amor, pelo sangue, pela cor
Fidelidade, lealdade em nome do Senhor [...]
À minha família
E ao nove de julho
Que me mostrou a importância de eu tá no
bagulho”

(Música: “*That’s my way*”. Edi Rock e Seu Jorge).

Inicialmente agradeço meus pais: Ivone e Izaías, pelo amor incondicional. Ao meu irmão Wanderson, por iniciar a largada da família Nascimento no ensino superior e por tanto me incentivar a lutar por esse espaço acadêmico. À tia Magali pelo fiel apoio. À minha avó, Aurelina Coelho, pelas sábias palavras, sempre inspiradoras. Por ter aberto mão de tantas coisas para preparar o caminho para sua nova geração.

Agradeço a profa. Maria Stela Grossi Porto pela brilhante e competente orientação, por dividir seu tempo precioso na tarefa de me ensinar sempre um pouco mais sobre o mundo sociológico. Pelo cuidado, incentivo e atenção quando ainda era sua orientanda de PIBIC.

Os agradecimentos se estendem aos professores que marcaram minha trajetória acadêmica na Universidade de Brasília: Edson Cardoso, Mário Theodoro, José Jorge de Carvalho, Joaze Bernardinho Costa, Tatiane Nascimento, Sérgio Tavolaro e Luís Augusto Gusmão.

À queridíssima Bruna Perreira. Obrigado pela amizade e pelas inúmeras conversas inspiradoras. Por acreditar nesta pesquisa antes mesmo dela ter acontecido no papel. Muito do que está contido neste trabalho monográfico é fruto de suas dicas em nossos longos “papos” sobre racialidade. É claro que os equívocos são de minha inteira responsabilidade.

Também sou devedora, com toda certeza, das minhas irmãs: Dina Araújo e Fernanda Pinheiros. Estas, sempre me escutaram falar bastante (até cansar) desta monografia. Gratidão, não só por isto, mas por tudo que representam pra mim.

Não poderia deixar de falar das amigas da Casa das Pretas, por proporcionar lindos momentos de festa, rango vegano, leituras e escritas negras: Daniela Marques, Gilza, Maria Paula, Juliana Rodrigues, Silva, Lu Isha, Rosana, Lélia Castro, Poliana Martins e Ellen Oléria.

Às pretas do grupo de estudo “Mulheres Reflexões de Gênero e Raça” (NEPeM–UnB), pela rica contribuição teórica de todas as terças-feiras. Aos pretinhos e pretinhas do Afroatidade, especialmente: Thânisia Marcella, Tati Costa e Aline Matos.

Os(As) colegas pesquisadores(as) do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS-UnB): profa. Haydée Caruso, prof. Arthur Trindade, Cláudio Dantas, Thais Grawryszewsky, Rodrigo Suassuna, Kamila Figueira, Gabriela Ladim, Rayla Costa, Silas Amadeu e Welliton Caixeta.

Agradeço, com carinho, os/as amigos/as do Instituto de Estudos Socioeconômicos/ INESC, pelas inúmeras parcerias estabelecidas na caminhada política em defesa dos Direitos Humanos. Um abraço especial para Márcia Aciole, Lucídio, Morone, Iara Pietricovsky e todos/as adolescentes do projeto ONDA.

À OXFAM – Austrália e todos/as os/as jovens da geração 2013, da rede mundial OIYP. Sou grata pelos ensinamentos e projetos que me possibilitaram ampliar a percepção de mundo sobre o ativismo juvenil em rede.

Às minhas colegas de curso na pós-graduação em Segurança Pública e Cidadania/UnB: Jéssica, Verônica, Sandra e Juracy. Aos(as) amigos(as) que conheci e me reconheci, enquanto estava na graduação: Carol, Samuel, Laura, Rafaela, Andressa, Elis, Kendy, Keila, Loris, Renatinha, Rodolfo e Noshua. Porque sem vocês não haveria graça!

Renata e Luciana (secretárias do programa de graduação em sociologia/UnB) que muito me ajudaram ao longo desses quatro anos. No quesito ajuda, não posso deixar de lado, a querida Ana Paula (secretária do programa de pós-graduação em sociologia/UnB).

Saudações as compas da primeira gestão formada só por mulheres, do Centro Acadêmico de Sociologia – *Caso com Elas*, no período de 2011 - 2012, na qual tive o imenso prazer de fazer parte. Um salve especial pra: Misha, Gabi e a serendipidade pura: Iara Vicente.

Como parceria é parceria, sou grata por felizmente aparecerem na minha vida: Árina Cynthia, Anna Bi, Uila, Bia Sabiá, Dalila, Jana, Bela Guimarães e Jake Nunes.

Ao grupo Nzinga Capoeira Angola, pelo aprendizado contínuo. Em especial, aos meus mestres e minhas mestras: Janja, Poloca, Paulinha e Piter. Aos treineis Swai e Dênis. Aos amigos(as) angoleiros(as): Ana, Ju, Lelo, Zé, Aroldo, Rachel, Janete, Natália, João, Buda, Suzana e Andim.

Agradeço ao CNPq, principalmente pelo período que fui bolsista do Programa de Iniciação Científica. Por intermédio deste, tive a possibilidade de me aproximar da área de estudos, da qual está vinculada esta monografia: sociologia da violência e conflitualidade.

Por último, mas não menos importante à Deus pelo folego de vida.

“Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito de ascensão social, num anseio apaixonado de produção do conhecimento. É ela que articula com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que - racional e emocionalmente - reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação.”

Neusa Santos Souza, em Tornar-se negro

RESUMO

Atualmente já se somam alguns estudos que pontuam elementos discriminatórios na ação policial de suspeição. No sentido de que tais elementos demonstram uma prática de abordagem de diferenciação de poderes da polícia contra os negros, pobres e oriundos de qualquer desvantagem social. Apontando-nos que estes grupos são alvos recorrentes de revista, apreensão e acusação por parte da polícia. No entanto, pesquisas científicas já atestaram que brancos e não-brancos não diferem em propensão biológica para cometer crimes. Sendo assim, a presente monografia foi desenvolvida buscando compreender as representações sociais de policiais negros do DF, no que tange as suas práticas de abordagens para com a comunidade negra. Investigando, portanto, se o imaginário do/a policial auto declarado/a negro/a, adquirido em termos de suspeição, auxilia em uma abordagem não racista e preconceituosa, no sentido de que suas ações se pautem em direção a assegurar a todos/as os direitos, à dignidade humana e, sobretudo, no sentido de tais ações se orientem pelo princípio de isonomia presente em nossa constituição (art. 5º, caput, C.F./88). Para além, analisamos a construção do imaginário da suspeição policial para estes profissionais, como também, se viu importante avaliar fatores que nos levassem a refletir sobre a identidade étnico-racial dos policiais militares entrevistados.

PALAVRAS-CHAVES: policiais militares; suspeição; abordagem; racismo; negros.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS QUE PECORRI, COMUMENTE CHAMADOS DE: “EXPERIÊNCIAS DA PESQUISA”	8
1.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO:	8
1.2. ROMPENDO O SILÊNCIO: UM RECORTE RACIAL	9
1.3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	12
1.4. ABORDAGEM QUANTITATIVA	13
1.5. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	14
CAPÍTULO 2 – “A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”	17
2.1. POLÍCIA, RACISMO INSTITUCIONAL E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA	18
CAPÍTULO 3- ABORDAGEM POLICIAL E TIPOS SUSPEITOS	25
3.1. ABORDAGEM POLICIAL 25	
3.2. MAPAS DE SUSPEIÇÃO 32	
3.2.1. Territórios Negros: Locais Suspeitos	32
3.2.2. “Vamos pegar negão”: Juventude negra na ótica da PMDF	39
3.2.3. “Kit peba”: Vestimentas Suspeitas.....	43
3.3. IDENTIDADE NEGRA NA PMDF:.....	48
3.3.1. Antes de ser policial: “Eu era um jovem negro andando na Ceilândia”	49
3.3.2. Policiais Negros Executando Abordagens em Negros.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
BIBLIOGRAFIA.....	61
APÊNDICE I – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA.....	71
APÊNDICE II – ROTEIRO TEMÁTICO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM A PMDF..	72

LISTA DE TABELAS, MAPA E FIGURAS:

Tabelas

- 04 Tabela 1. Mapeamento étnico racial da PMDF
- 05 Tabela 2. Cor/raça auto-atribuídas dos profissionais
- 29 Tabela 3. Distinção entre policial e cidadão não policial
- 30 Tabela 4. Doutrina policial: Suspeição orientada pela pessoa e pelo veículo.
- 32 Tabela 5. PMDF responde o que orienta seu trabalho.

Mapa

- 34 Mapa 1. População negra do Distrito Federal

Figuras

- 41 Figura 1. Elemento cor padrão
- 49 Figura 2. Rapper Mano Brown e crianças da periferia de São Paulo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCP – Código Processual Penal

CFP – Curso de Formação de Praças

DF – Distrito Federal

GM – Guardas Municipais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Polícia Civil

PM's – Policiais Militares

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

POG – Policiamento Ostensivo Geral

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIPS – Sistemas de Indicadores de Percepção Social

TRS – Teoria da Representação Social

INTRODUÇÃO

As interações presentes entre polícia e sociedade civil revelam tensões sociais que se desdobram de forma recorrente nos cenários cotidianos. Neste sentido, entender estas interações é, sem dúvida, um exercício de aprofundar nossos olhares para as diversas esferas sociais contidas na relação Estado-sociedade.

Assim, é importante perceber que quando falamos do policial enquanto agente de segurança pública estamos, em suma, nos reportando a sua condição de indivíduo-policial, localizado no interior da corporação policial como agente do Estado, este o único detentor legítimo do uso da força¹.

No entanto, Mojardet (1988) pontua a seguinte reflexão sobre a legitimidade:

“não significa um consentimento universal a todas as formas de ação policial; a polícia atua permanentemente em diferentes tipos de conflitos e não poderia satisfazer todas as partes em presença em todos os tipos de conflitos. A distinção pertinente é então aquela que intervém entre o sentimento negativo partilhado por tal ou qual grupo social de que a polícia está a serviço de seu adversário e a aceitação positiva por todos os indivíduos e grupos sociais de seu papel como instrumento necessário (entre outros) de regulação de conflitos” (Mojardet, 1998, p.8).

O que nos indica que a legitimidade não precisa ser unânime, no que diz respeito a todas as atividades realizadas pela polícia. Ora, sabemos que o processo de atuação policial está inserido em um contexto social onde há pelo menos tolerância às suas ações por parte de diversos grupos sociais. O que nos leva a crer que o legítimo é uma construção social elaborada a partir do âmbito das relações entre polícia e sociedade, podendo também, em determinado momento, não coincidir com o definido legalmente (Porto, 2001:31).

Como um exercício sociológico que busca uma melhor compreensão da sociedade e de seus mecanismos de interação social, refletir sobre as bases sociais dos processos de legitimidade da função policial – enquanto agente do Estado – responsável pela promoção da segurança pública, é também “identificar os contextos em que essa

¹Utilizando a terminologia Weberiana: “O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado.” (WEBER, 1982, p.103)

mesma legitimidade se converte em seu contrário, passando a ser representada como violência e agressão à população que o policial deveria, em tese, proteger” (Porto, 2001:32).

Segundo Bandeira e Mireya (2001):

“A liberdade individual e a ordem pública são condições indispensáveis à manutenção da democracia. Porém essas duas condições podem entrar em conflito quando, por exemplo, o legítimo monopólio da violência estatal (ou governamental) torna-se instrumento de **discriminação de classe e de raça**². Quando isso acontece, a administração da ordem pública deve ser restringida, por haver-se tornado ilegítima” (Bourne e Eisenberg, 1972, p. 7-8, apud Bandeira e Mireya 2001, p. 129).

A violência policial é um tema amplamente debatido em diversos setores da sociedade, mas é alvo de preocupação e denúncia principalmente entre a população preta, pobre e periférica³. Para este núcleo da sociedade, seus encontros com a polícia nos espaços públicos nem sempre significam sensação de proteção e segurança, via de regra, estão mais relacionados ao medo, à violação de direitos e à repressão. Neste sentido, para estes grupos - que estão à margem da sociedade - combater a violência Estatal é sinônimo de sobrevivência dos seus.

Segundo José Jorge de Carvalho (2001):

“Como termo nativo, a violência policial está na boca de líderes comunitários e porta-vozes das populações pobres, periféricas, que são vítimas dessa violência. Não é, na mesma medida, insistimos termo nativo das populações urbanas ricas, pois estas raramente são vítimas da violência policial. Como termo analítico, é parte da fala de um sujeito que incorpora a consciência cidadã e que se vê distanciado da guerra social urbana brasileira, já não apenas no plano de denúncia e da queixa (certamente legítimas) das populações desatendidas, mas também projeto de tentar reconduzir a sociedade a um estado de direito do qual nos estamos desviando perigosamente a cada ano que passa.” (Carvalho, José, 2001, p. 86)

A pesquisa Sistemas de Indicadores de Percepção Social – SIPS, realizada pelo IPEA, revela como a sociedade enxerga polícia brasileira. Os resultados mostraram que a população percebe a polícia como sendo preconceituosa (75,2%) e infratora dos direitos dos cidadãos (63,2%)⁴. Para a população não-branca os policiais militares são

²Grifo nosso.

³Campanhas como: “Eu pareço suspeito?” organizada pela WAPI Brasil, “Reaja ou será morto(a)” iniciada por ativistas negros(as), “Onde está Amarildo?” puxada por militantes periféricos – e que tomou maior força nas manifestações nacionais de Junho de 2013, “Por que o senhor atirou em mim?” lançada pela organização comunitária Mães de Maio, são todas campanhas que buscam problematizar a questão da violência policial, chamando atenção da sociedade e do poder público para a violação dos direitos e o genocídio da população negra.

⁴Sistema de Indicadores de Percepção Social- SIPS, IPEA, 2010, p-4.

desrespeitosos ao executarem abordagens nas ruas (54,5%), concordando com isso também a população branca (47,2%)⁵.

Quando se trata do grau de confiança que a população deposita na instituição Polícia Militar vemos que: 21,4% dos brasileiros declaram não ter nenhuma confiança na PM, enquanto que 40,6% dizem confiar pouco nela⁶.

Atualmente já se somam alguns estudos que pontuam elementos discriminatórios na ação policial de suspeição, no sentido de que tais elementos demonstram uma prática de abordagem de diferenciação de poderes da polícia contra os negros, pobres e oriundos de qualquer desvantagem social. Apontando-nos que estes grupos são alvos recorrentes de revista, apreensão e acusação por parte da polícia.

Os conceitos de discriminação e diferenciação usados aqui são os mesmos utilizados por Robert Reiner (2004): 1) Discriminação: Um padrão, no exercício dos poderes da polícia, que resulta em algumas categorias sociais super-representadas como alvos da ação da polícia, mesmo quando variáveis legalmente relevantes se mantêm constantes. 2) Diferenciação: Um padrão, no exercício dos poderes da polícia, contra determinadas categorias sociais, que varia de acordo com sua representação na população. Por exemplo: uma taxa desproporcional de prisões de homens, jovens e negros (Reiner, Robert 2004: 184).

Quando se fala a respeito de delinquentes ou transgressores, já se sabe que brancos ou não-brancos não diferem em propensão biológica para cometer crimes. Mas, ainda assim, permanece no imaginário da polícia brasileira a crença de que os negros devem ter tratamento preferencial, independente de sua conduta específica, em qualquer tipo de situação.

Tendo como enfoque a sociedade brasileira, e sabendo que esta é hierarquizada segundo estruturas raciais, não é surpreendente pontuar que as opressões étnico-raciais estejam presentes em diversos espaços da sociedade, abarcando também um racismo institucional, que ao que nos indicam os dados acima, estão presentes nas corporações policiais.

É notório que os membros que compõem a Polícia Militar brasileira são oriundos de diversas raças/etnias. No Distrito Federal podemos dizer que os policiais

⁵Sistema de Indicadores de Percepção Social- SIPS, IPEA, 2012, p-8

⁶Sistema de Indicadores de Percepção Social- SIPS, IPEA, 2012, p-6

militares são majoritariamente negros, se levarmos em consideração a classificação racial utilizada por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1993) que classifica a população brasileira entre “brancos” e “não-brancos” (contemplando pretos e pardos em um mesmo grupo).

“A agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justifica-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza.” (Osório, Rafael Guerreiro pag.26)

Dos 1181 policiais militares do Distrito Federal e Entorno que responderam o questionário de pesquisa “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto e integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-INCT- “Democracia, Violência e Segurança Cidadã” 28% se declararam brancos e 66,9% se declararam não-brancos, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1- Mapeamento étnico racial da PMDF⁷

Raça	Quantidade	Porcentagem
Não-brancos	791	66,9%
Brancos	331	28,0%
Outros	35	3,0%
Não declarados	24	2,1%
Total da Amostra	1181	100%

Fonte: Identidades Profissionais e Práticas Policiais

A tabela acima não nos mostra em que patentes estão alocados os policiais auto declarados negros desta amostra. Mas, a pesquisa: “*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*”, realizada pela SENASP aponta que as bases da PM são mais “negras”, enquanto seu quadro de oficiais têm uma distribuição um pouco mais “branca”⁸. A mesma pesquisa traz um panorama nacional das agências de segurança

⁷Tabela 1- Verificação feita por intermédio de auto-declaração dos policiais da PMDF. Dados retirados da pesquisa “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto.

⁸Há duas formas de ingressar na PMDF: como oficial ou como praça. Ambas as maneiras de entrada exigem que o candidato tenha nível superior “Para a carreira de oficial pode-se realizar a prova anual de ingresso na academia de Polícia Militar do Distrito Federal. Após um curso de três anos, os aprovados ingressarão no corpo de oficiais da PMDF com um estágio de oito meses como aspirante. Logo após, passarão ao posto de segundo tenente, seguindo assim a carreira de oficial até o posto de coronel. A outra possibilidade de entrada na PMDF é por meio do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). O concurso para entrar na PM como praça não ocorre com regularidade. Entrando como soldado da PMDF, o policial não tem carreira no sentido que ele não será necessariamente promovido aos postos

pública do país, chamando atenção para o fato que tanto a polícia militar quanto os bombeiros, os guardas municipais e os agentes do sistema penitenciário, contém no seu quadro um expressivo número de policiais negros. Veja a tabela abaixo:

Tabela 2- Cor/raça auto-atribuídas dos profissionais⁹

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist. Penit.
Branca	39,6%	51,0%	48,7%	70,1%	39,5%	39,0%	53,0%
Negra	58,1%	47,0%	48,9%	28,0%	58,3%	58,2%	43,9%
Outras	2,3%	2,1%	2,4%	1,9%	2,2%	2,7%	3,0%

Fonte: Ministério da Justiça- SENASP

Os resultados encontrados na distribuição de raça da Polícia Militar são consistentes com a distribuição por cor do Brasil, haja vista que a população que se declara negra aproxima-se de 50,7%, segundo o censo de 2010. Porém, lembramos que embora o Brasil tenha mais da metade de sua população como não-branca, a distribuição racial de outros grupos profissionais do país, sobretudo os que contém profissionais com mais alta remuneração, não se assemelham com a distribuição racial brasileira. Ou seja, dificilmente encontramos um número expressivo de negros nos cargos de alto-escalão do país.

Embora a polícia militar do Distrito Federal e Entorno seja composta em sua maioria por negros¹⁰, isso não os isenta de possíveis práticas discriminatórias em sua conduta. Basta lembrarmos que desde os tempos da escravidão o “mulato” foi o capitão do mato, o feitor, aquele que era utilizado em tarefas importantes na prestação de serviços à classe dominante de sua época. Porém, se colocarmos na balança, veremos que a despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do “mulato”, nos tempos da escravidão – e ainda hoje – essencialmente se equivalia/equivalia àquela do negro. Ambos são vítimas de igual

superiores como ocorre com os oficiais da PMDF. O Praça da PMDF, para ser promovido, deve participar de concursos internos bastante concorridos.” (Suassuna, Rodrigo Figueiredo, 2008, p-4)

⁹Relatório: O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil. Ministério da Justiça SENASP, 2009, p- 101.

¹⁰Esses dados só confirmam estudos como os de Silva Ramos e Leonarda Musumeci (2005), Livio Sansoni (2002), Luiz Eduardo (2000), Carlos Nobre (2010) que apontam que as profissões de “farda” – principalmente a PM - são mais atraentes para os jovens negros.

desespero, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca. (Nascimento, Abdias do, 1978:63)

A partir dessa perspectiva interpretativa das relações entre polícia e sociedade o presente trabalho busca discutir a construção identitária de um grupo de atores que participa ativamente dessas relações: Policiais Militares. Em específico, o recorte apresentado nesta pesquisa contempla policiais militares auto declarados negros do Distrito Federal. Com efeito, estabelecemos como objetivos de pesquisa:

- a) Compreender as representações sociais de policiais auto declarados negros do Distrito Federal, a fim de entender como os mesmos se percebem dentro da corporação.
- b) Investigar se o imaginário do/a policial auto declarado/a negro/a, adquirido em termos de suspeição, auxilia em uma abordagem não racista e não preconceituosa, no sentido de que suas ações se pautem em direção a assegurar a todos/as os direitos, à dignidade humana e, sobretudo, no sentido de tais ações se orientem pelo princípio de isonomia presente em nossa constituição (art. 5º, caput, C.F./88).
- c) Identificar se as representações sociais construídas de classe e localização geográfica ou quaisquer outros fatores influenciam os policiais militares auto declarados negros a categorizar indivíduos ou ações suspeitas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados segundo a seguinte organização: no primeiro capítulo serão relatados os procedimentos e as técnicas empregados nesta pesquisa. Em detalhe serão salientados aspectos referentes à construção do objeto, à metodologia de coleta e tratamento dos dados, além da experiência do trabalho de campo.

No segundo capítulo apresentamos o conceito de Racismo Institucional e discutimos os referenciais teóricos que orientam essa categoria, visando problematizar tal conceito no cenário da instituição Polícia Militar. Num segundo momento endossamos a discussão apresentando os dados de genocídio da população negra no Brasil.

No terceiro capítulo descrevemos às tipificações construídas acerca do suspeito percebidas pela pesquisadora nas entrevistas realizadas no trabalho de campo. Em

detalhe, trata-se das representações sociais construídas de raça, classe e localização geográfica que policiais militares auto declarados negros Distrito Federal utilizam para categorizar indivíduos ou ações suspeitas.

Nas considerações finais, retomamos os aspectos relevantes dos capítulos anteriores e os analisamos à luz das questões orientadoras da pesquisa, com o intuito de apresentar algumas tendências e perspectivas que o estudo permitiu identificar em torno das representações sociais de policiais militares auto-declarados negros do Distrito Federal. Contudo, também salientamos os resultados considerados em suas limitações e possibilidades de incursões ulteriores de pesquisa.

CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS QUE PECORRI, COMUMENTE CHAMADO DE: “EXPERIÊNCIAS DA PESQUISA”

Neste capítulo são relatados os procedimentos e as técnicas empregadas nesta pesquisa. Em detalhe são salientados aspectos referentes à construção do objeto, à experiência do trabalho de campo e à metodologia de coleta e tratamento dos dados encontrados. Por fim, apresentamos a contribuição da Teoria das Representações Sociais para a compreensão sociológica do grupo que pesquisamos: Policiais auto-declarados negros na PMDF.

1.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO:

“O que nos interessa é a curiosidade de que é tomado qualquer sociólogo diante de uma porta fechada atrás da qual se ouçam vozes humanas. Se ele for um bom sociólogo, desejará abrir aquela porta, compreender aquelas vozes. Por trás de cada porta fechada ele imaginará uma nova faceta de vida humana ainda não percebida nem entendida.” (Berger, Peter L.).

No decorrer do curso de Ciências Sociais, me interessei fortemente pelas disciplinas ligadas à temática racial e as relacionadas com a sociologia da violência e conflitualidade. Talvez, tal interesse possa ser explicado pela minha própria condição de existência: sou mulher, negra, nascida e criada na Zona Norte do Rio de Janeiro e atualmente residindo em cidade satélite do DF.

Consigo delimitar nitidamente quando me ocorreu o anseio de estudar policiais negros do Distrito Federal. Ele surgiu das recorrentes conversas que tive/tenho com o meu irmão de sangue (jovem e negro) e também com os meus outros irmãos de cor (em sua maioria periféricos). Por diversas vezes, os ouvi contar que foram abordados de forma truculenta pela polícia militar, sem sequer estarem praticando qualquer atividade ilícita. Foi então, que decidi entender este fenômeno à luz da sociologia.

Inicialmente minha indagação era: como uma instituição majoritariamente negra tende a abordar preferencialmente jovens, negros, do sexo masculino e oriundos de

idades satélites? Esta era a pergunta que representava inicialmente o problema que norteava a pesquisa.

Em um segundo momento, mais precisamente na etapa de pesquisa bibliográfica sobre o tema, me ocorreu ir além do objetivo posto inicialmente. Percebi que se conseguisse captar as representações sociais de policiais auto-declarados negros, no que tange a sua construção identitária e como os mesmos se percebem dentro da instituição, já seria um passo que me indicaria caminhos para responder à pergunta feita anteriormente. Pois, conforme escreveu Neusa S. Souza (1983), no livro *Tornar-se negro*, a identidade negra não é algo que sempre esteve com os negros. Para a autora as pessoas não nascem “negras”, elas ganham a consciência desta condição. Ora, entender como esta consciência se manifesta no policial, é um exercício de compreender o paradoxo: policiais negros abordando preferencialmente pessoas negras.

Lembremos, porém que o termo consciência negra não é um conceito estático. Cada grupo de negros estabelece entre seus atores o seu próprio entendimento do que é ser um negro consciente, os mesmos a todo o momento dialogam entre seus pares, por vezes retificando e por outras reivindicando as regras que estabelecem o que é estar consciente de sua cor. Ou seja, como já pontuava o antropólogo João Batista Félix: “a identidade étnico-racial não é algo consumado para nós, mas sim algo que é constantemente construído e negociado.” (Félix, João Batista 2000:70)

1.2. ROMPENDO O SILÊNCIO: UM RECORTE RACIAL

*“Nada nem ninguém está fora do sistema.
Provavelmente porque o sistema não tem um
dentro e um fora. A questão é saber como
funcionamos nele e como ele funciona em nós.”
(Souza, Neusa. Tornar-se negro).*

Embora a mídia, as organizações comunitárias, o movimento negro e alguns autores da área de sociologia pontuem que a violência praticada pela polícia brasileira tem um forte viés racial, por ser direcionada à pretos e pardos, pode-se dizer que, de fato, os estudos sobre as agências de Segurança Pública do país nunca chegaram a alcançar o cerne da bibliografia sobre as relações raciais brasileira. Pois, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a entender este fenômeno. Percebemos que mesmo

havendo dados que apontem no decorrer da história do Brasil um expressivo número de negros nas profissões de farda do país, não há ainda, insistimos, um debruçar quantitativo considerável de estudos que nos levem a elucidar tal questão. Ora, se a articulação entre racialidade e Segurança Pública ainda não foi explorada em suas mais amplas consequências, as contribuições acadêmicas que nelas adentrem, nem por isso deixam de ser valiosas, pois nada mais fazem que uma legítima tentativa de preencher esta lacuna¹¹.

Neste trabalho monográfico adoto como unidade central de análise de pesquisa policiais militares negros. São agrupados sob o sentido de “PM's negros” aqueles entrevistados que se denominaram como: negros, pretos, mulatos, pardos. Ou seja, todos aqueles que se entenderam marcados por sinais físicos diacríticos de sua afrodescendência. Embora utilize da técnica comparativa, este trabalho não tem como objetivo analisar e entender a branquitude, o grupo de policiais brancos nesta amostra se faz presente apenas para estabelecer uma simples e relacional comparação.

A pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento (2003) nos alerta sobre os cuidados necessários no processo metodológico de comparação entre grupos étnicos distintos, pontuando que cabe ao pesquisador/a dos estudos sobre relações raciais remar contra a maré que coloca a centralidade no branco, no sentido de se apoiar em uma apropriação simbólica crucial de ter o branco como padrão de referência¹², cabendo ao negro a posição de anormalidade e desvio social.

“Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebiam o seu grupo racial, implicados num processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco. Esse daltonismo e cegueira caracterizam um estranho funcionamento de nossos cientistas e estudiosos [...] que conseguem investigar, problematizar e teorizar questões referentes aos indivíduos de nossa sociedade de forma completamente alienada da história dessa sociedade, que já tem 400 anos.” (Bento, Maria Aparecida Silva, 2003:42)

¹¹A exemplo temos um estudo revelando que das 8.205 dissertações e teses de doutorado realizadas nas universidades brasileiras, no período de 1983 a 2006, apenas 10% (ou 822 destes trabalhos), estão indexados pela palavra chave “segurança pública” (Lima, 2010). Creio que se estratificarmos ainda mais este universo, buscando por trabalhos que tratem da temática “segurança pública” e “racialidade”, - de forma a interligar as duas – veremos o quão novo é esta junção de temáticas para o seio universitário.

¹²A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar de tal modo que o modelo de ascensão social negra é aquele que tem o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”. (Souza, Neuza S. 1983:18). Ver também: FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978.

Ora, o que proponho neste trabalho é um exercício sociológico de caminhar pelo mesmo viés que os de Montánhez (1990), o de centralizar meu esforço acadêmico no grupo negro. Entendendo-o não como desvio, mas como grupo plural e com especificidades, não devendo restringir seu processo de história e formação social ao branco como padrão.

“Montanhéz nos instiga a fazer diferente, a não optar pelo lugar do pai europeu, e sim, pelo da mãe índia ou negra. “Optar pela mãe” é procurar compreender a dominação do ponto de vista do dominado, permitindo-lhe explicar seus próprios mecanismos de defesa e de ataque à dominação. É, também, considerar essa fala como elemento constitutivo da relação entre dominador e dominado e não como fonte de confirmação das “constatações” do olhar masculino branco. É tentar desvelar a contradição e o conflito que as relações estabelecem, sem escamoteá-los, justifica-los ou excluí-los.” (Bento, Maria Aparecida Silva, 2003:54)

A minha condição de pesquisadora negra estudando policiais negros, ambos de mesma natureza racial, não representou um dilema, no sentido de trazer confusão a posição pesquisador- pesquisado. Como muito bem reportou Gilberto Velho (2008), no debate acerca da imparcialidade nas pesquisas de Ciências Sociais: a noção de existir um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição à pesquisa, já foi esclarecido e precisamente enunciado por diversos teóricos¹³(Velho, Gilberto 2008: 122).

Contudo faz-se necessário destacar que dentro do trabalho de campo, o fato de eu ser negra possibilitou uma abertura maior nas entrevistas realizadas com os policiais auto-declarados negros. Os mesmos não se sentiram intimidados a contar os casos sofridos e presenciados de racismo dentro da corporação, como também respondiam com conforto todas as perguntas à eles destinadas. Frases como: “*Cá entre nós, somos irmãos de cor. Você deve já saber perfeitamente como que é chato ser preterido em algum espaço por ser preto.*” ou “*Você é negra também e vai concordar com o que eu vou dizer aqui*”,¹⁴ demonstram uma identificação racial de solidariedade entre pares, buscando legitimar a fala a partir do aval de um segundo ator de mesmo pertencimento racial.

No entanto, o mesmo não aconteceu com os policiais auto declarados brancos, estes nitidamente se mostravam mais acuados nas entrevistas, respondiam sempre com

¹³Acerca da imparcialidade em pesquisas de Ciências Sociais, ver o trabalho de Howard S. Becker: “De que lado estamos” In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio, Zahar, 1977.

¹⁴Frases constantemente dirigidas a mim nas entrevistas realizadas com policiais militares auto-declarados negros.

enorme cautela e afirmavam não existir racismo dentro da corporação. É claro, que o fato de estar diante de uma entrevistadora negra representou uma barreira para que o diálogo acerca do racismo e anti-racismo fluísse com naturalidade.

O silêncio em torno da questão racial brasileira nos revela que o tabu que encobre essa temática:

“[...] se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e igualdade de direitos que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das reações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente.” (Schwarcz, Lilia 2012:32)

A intimidade relatada por Schwarcz (2012) foi fator crucial da diferenciação de respostas entre PM's negros e brancos. Visto que, por mais que a amostra tenha se dado de maneira aleatória – pois, não conhecia previamente nenhum dos entrevistados – a filiação de cor de PM's negros para com a pesquisadora também negra, proporcionou o meu deslocamento do âmbito público para o privado. De forma que a tonalidade cromática da minha pele me autorizou ao compartilhamento destas informações, por este grupo. Quando ao mesmo tempo, me desautorizou no caso de PM's brancos.

1.3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada em um Batalhão¹⁵ da PMDF responsável pelo policiamento de três cidades satélites do Distrito Federal. A escolha deste batalhão como cenário da pesquisa de campo se deu pela heterogeneidade social que o mesmo agrega, tendo de patrulhar tanto cidades consideradas como de predominância de camadas médias, quanto cidades ditas periféricas, com alta vulnerabilidade social.

A solicitação para realização da pesquisa foi entregue ao setor de comunicação social do batalhão (**Apêndice I**) e prontamente autorizada pelo comandante do mesmo.

¹⁵Para que os policiais militares entrevistados nesta pesquisa estivessem a vontade para responder as perguntas à eles destinadas, foi-lhes oferecido a garantia de seu total anonimato. Isto inclui não revelar seus nomes, local de trabalho e hierarquia policial. Para tanto, os nomes das cidades patrulhadas por este Batalhão são fictícias. Sobre a garantia do anonimato nas entrevistas com policiais ver: Monjardet (1998) e Bayley (2001).

Foram feitas dez entrevistas semi-estruturadas¹⁶ com policiais militares ligados diretamente ao policiamento ordinário, cujas perguntas se encontram no **Apêndice II**.

Existem várias formas de policiamento que estão caracterizadas na estrutura operacional da instituição PMDF. Dentre tantas, destacamos o policiamento ordinário. “Sendo este, uma atividade que corresponde ao socorro de urgência, o controle de trânsito de pessoas e de veículos, a produção de estatísticas, a busca por desaparecidos e a prevenção e manutenção da ordem pública.” (Bittner, 2003 apud Silva, Gilvan 2009:47). São os policiais vinculados a esta atividade que a pesquisa priorizou entrevistar, sobretudo os que trabalham diariamente com a atividade de policiamento ostensivo a pé ou motorizado.

Entre os dez entrevistados, apenas um é oficial da PMDF. Os nove restantes são todos praças, abarcando dentre estes apenas uma policial feminina¹⁷. A amostra foi selecionada de acordo com a técnica bola de neve, na qual o primeiro entrevistado indica o contato do próximo, seguindo assim até que se alcance o número de entrevistados proposto pela pesquisadora.

1.4. ABORDAGEM QUANTITATIVA

Com vistas a orientar as questões de pesquisa, também foi utilizada uma abordagem quantitativa: extraímos dados estatísticos dos questionários aplicados e respondidos por 1181 policiais do Distrito Federal e Entorno, oriundos da pesquisa “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto e integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-INCT-

¹⁶Na técnica de pesquisa entrevista semi-estruturada, o pesquisador tem uma lista de questões para serem respondidas pelo entrevistado, porém há uma certa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista, caso o pesquisador julgue necessário.

¹⁷O fato de haver somente uma policial feminina na minha amostra aconteceu porque apenas esta policial apresentou disponibilidade para ser entrevistada, as outras três policiais femininas - que conheci em campo, ligadas à atividade fim - demonstraram interesse em participar, porém durante o tempo em que estive no batalhão as mesmas não dispunham de tempo hábil para a entrevista. A lei Federal nº 9.713, de 1998, limita em até 10% do efetivo masculino o número de mulheres na PMDF, isto acaba por estabelecer um teto de mulheres na PM em relação aos homens. Ora, isto nos indica que este universo será sempre majoritariamente masculino, logo encontrar policiais homens ligados à área fim e disponíveis para pesquisa foi tarefa muito mais viável para pesquisadora, sobretudo se levarmos em consideração o curto período destinado ao trabalho de campo para realização desta pesquisa. Sendo assim, neste trabalho, não poderei explorar à fundo a temática gênero na PMDF, embora tenha o interesse abordá-la de modo mais aprofundado em uma outra ocasião.

“Democracia, Violência e Segurança Cidadã”. Da mesma forma, a análise utilizou dados do grupo focal¹⁸ presentes na mesma pesquisa “Identidades Profissionais e Práticas Policiais” já mencionada.

A análise dos dados quantitativos, grosso modo, foi feita por meio de uma verificação estatística de frequência simples. Os números obtidos não são analisados de forma isolada; buscamos estabelecer um vínculo entre eles e as contribuições teóricas e empíricas de intelectuais voltados à análise das relações raciais, bem como aqueles dedicados à sociologia da violência.

1.5. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O entendimento das Representações Sociais como categoria analítica importante de metodologia de estudo destinada a um grupo social e seus atores, se estabelece como instrumento necessário na medida em que consegue captar a estruturação sociológica - o imaginário - de um grupo, no que tange a suas construções sobre a realidade.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem dívida duradoura com o trabalho de Durkheim, pois como relata Moscovici (2003) as representações sociais beberam diretamente das fontes Durkheimianas e das contribuições levantadas por ele no âmbito das representações coletivas:

“O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela está, por definição, difusa em toda extensão da sociedade. [...] Com efeito, ela é independente das condições particulares onde os indivíduos se encontram; eles passam e ela continua. [...] Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, assim como os tipos individuais ainda que de outra maneira. [...] As funções jurídicas, governamentais, científicas, industriais, em uma palavra, todas as funções especiais são de ordem psíquica, uma vez que elas consistem em sistemas de representações e de ações: contudo elas estão evidentemente fora da consciência comum.” (Durkheim, 1893, p. 81)

Neste contexto, alguns outros autores remontam o desígnio da Teoria das Representações Sociais como ferramenta de pesquisa que busca carregar de sentido o que se eleger de “senso comum”, falas, ações e pensamentos por parte do nativo sobre

¹⁸Grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas, fornecendo aos gerentes de projetos informações qualitativas sobre o desempenho de atividades desenvolvidas pelos agentes. (Gomes, Maria 199:1)

algum aspecto da vida cotidiana, como forma de análise sociológica e psicológica da elaboração de uma determinada realidade.

O termo representação social foi largamente debatido por Moscovici - grande referencial no campo das TRS - em seu doutoramento em 1961. Porém, a definição completa do conceito para o autor precisou de duas décadas de trabalho intelectual. Contudo, Moscovici não teve interesse de aplicar uma teoria 'rígida e fechada', o mesmo sugere que sua perspectiva era, de apenas, estabelecer meios para "ler" os mais diversos fenômenos e objetos do mundo social. (Reis, S e Bellini, M. 2011, p. 150)

Para Moscovici (2003): "As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano." (MOSCOVICI, 2003, p.10)

No entendimento de Guareschi (1996) a Representação Social: 1) é um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural, possui uma dimensão histórica e transformadora; 2) reúnem aspectos culturais, cognitivo e valorativo, isto é, ideológicos; 3) estão presentes nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos; é um conceito relacional, e por isso mesmo social. (GUARESCHI, 1996, p. 18)

Para Porto (2010):

"Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se a categoria de representações sociais, significa assumir que: a) embora resultado da experiência individual, as representações sociais são condicionadas pelo tipo inserção social dos indivíduos e dos grupos de indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, c) por sua condição de representação social, participam também da constituição desses fenômenos; d) apresentam-se, em sua função como máximas orientadoras de conduta; e) admitem a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre elas e os fenômenos aos quais se referem, não sendo, portanto, nem falsas nem verdadeiras mas *matéria prima do fazer sociológico*." (PORTO, 2010, p.68)

No que diz respeito, aos métodos e técnicas da investigação com Representações sociais Spink (1995), assinala etapas e procedimentos necessários para a compreensão das representações dos nativos. Para ele, a coleta de dados exige, dentre outras técnicas, a utilização de entrevistas semi-estruturadas. Sendo que sua análise deve estar:

"[...] centrada na totalidade do discurso, é demorada e conseqüentemente, utiliza-se de poucos sujeitos. O trabalho de interpretação do discurso segue os seguintes passos: 1) transcrição da entrevista; 2) leitura/escuta, intercalando a escuta de material gravado com a leitura do material transcrito. Nessa etapa, é necessário ficar atento às características do discurso: a variação (versões contraditórias); a detalhes sutis, como silêncios, hesitações, lapsos

(investimento afetivo presente); retórica, ou organização do discurso de modo a argumentar contra ou a favor de uma versão dos fatos; 3) tendo apreendido os aspectos mais gerais da construção do discurso, é preciso, em um terceiro momento, retornar aos objetivos da pesquisa e, especialmente, definir claramente o objeto da representação”. (Reis, S e Bellini, M. 2011, p. 153)

Trazendo à tona a temática desta pesquisa e seus objetivos norteadores, a opção em analisá-los pela ótica das representações sociais parte do ideário que - como bem pontuaram os representantes da TRS - as pessoas se unem a partir de representações compreendidas como crenças comuns. Sendo esta, uma união de ideias e interesses, que contém em si o reconhecimento do outro, nos permitindo evidenciar, em nosso caso específico, o entendimento que policiais auto-declarados negros tem sobre o grupo do qual fazem parte (PMDF) e o que vigiam diariamente (sociedade).

CAPÍTULO 2 – “A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”

“Pesquisa publicada prova
Preferencialmente preto
Pobre, prostituta pra polícia prender
Pare pense, por quê?
Prossigo
Pelas periferias praticam perversidades
PM’s
Pelos palanques políticos prometem, prometem
Pura palhaçada
Proveito próprio
Praias, programas, piscinas, palmas
Pra periferia
Pânico, pólvora, pá-pá-pá
Primeira página
Preço pago,
Pescoço, peito, pulmões perfurados,
Parece pouco?
Pedro Paulo
Profissão pedreiro
Passatempo predileto,
Pandeiro,
Preso portando pó passou pelos piores pesadelos
Presídio, porões, problemas pessoais, psicológicos
Perdeu parceiros, passado, presente
Pais, parentes, principais pertences
Pc
Político privilegiado preso parecia piada
Pagou propina pro plantão policial
Passou pela porta principal
Posso parecer psicopata
Pivô pra perseguição
Prevejo populares portando pistolas
Pronunciando palavrões
Promotores públicos pedindo prisões
Pecado pena prisão perpétua
Palavras pronunciadas
Pelo poeta, irmão.”
(Música: *Brasil com P*, composta por GOG).

No segundo capítulo apresentamos o conceito de Racismo Institucional e discutimos os referenciais teóricos que orientam essa categoria, visando problematizar tal conceito no cenário da instituição Polícia Militar. Num segundo momento endossamos a discussão apresentando os dados de genocídio da população negra no Brasil.

2.1. POLÍCIA, RACISMO INSTITUCIONAL E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

“Sessenta por cento dos jovens de periferia,
Sem antecedentes criminais,
Já sofreram violência policial,
A cada quatro pessoas mortas pela policia,
Três são negras,
Nas universidades brasileiras,
apenas dois por cento dos alunos são negros,
A cada quatro horas,
Um jovem negro morre violentamente
Em São Paulo.
Aqui quem fala, é Primo Preto,
Mais um sobrevivente.”
(Racionais Mc’s - Capítulo 4, versículo 3)

Foi durante a década de 1960, período marcado por uma corrente de lutas em torno dos Direitos Civis nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, que reconheceu-se que o racismo possui mecanismos sofisticados de atuação, podendo não somente ser visto como uma ação individual que visa oprimir o outro, mas, também, um instrumento flexível a diversos moldes de atuação, cabendo inclusive no formato de ação coletiva executada por organizações/instituições que dedicam serviço diferenciado a seus usuários a depender de suas origens étnicas.

Em 1967, mais precisamente com os ativistas negros estadunidenses Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton (integrantes do grupo Panteras Negras) torna-se pública a noção de Racismo Institucional. No livro *Black Power: The politics of Liberation in America* (1967), os mesmos especificam duas formas de racismo, sendo uma delas o racismo institucional, os autores seguem pontuando como este racismo se manifesta:

“O racismo é tanto declarado como encoberto. Acontecendo de duas formas intimamente relacionadas: indivíduos brancos agindo contra indivíduos negros; e por toda comunidade branca contra a comunidade negra. Essas duas formas de racismo são chamadas respectivamente de **individual e institucional**. A primeira consiste em atos evidentes executados por indivíduos, que causam morte, injúria ou dano ao patrimônio [...] O segundo tipo é menos evidente, e mais sutil, [...] porém não é menos destrutivo à vida humana. [...] Trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Este segundo tipo se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas pela sociedade, e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo”.

Veja que tanto para falar de racismo institucional como de racismo individual os autores não reivindicam a ideia biológica de raça para reforçar seu argumento, o que está sendo elencado aqui é a noção de raça como representação social, um imaginário coletivo com bases em valores, normas e ideias encontradas na sociedade que institucionalizam as condições sociais postas. E que no caso brasileiro, se traduz na leitura socialmente compartilhada de que negros são inferiores, pois seus traços fenotípicos “lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização” (SEGATO, Rita, 2005, p- 4).

Quando falamos de racismo institucional – também conhecido como racismo sistêmico – estamos nos reportando a uma estrutura de funcionamento contida no interior das instituições com meios próprios de controle e regulamento de espaços, que por intermédio de ações discriminatórias criam barreiras, explícitas ou não, para pretos e pardos. São obstáculos formais ou informais que se reproduzem nos espaços institucionais, muitas vezes escondidos atrás de ações rotineiras, tidas como neutras e universalistas, mas que trazem consigo uma clivagem racial, violando, portanto a dignidade humana.

Wieviorka (2009) chega a dizer que o racismo institucional pode, inclusive, funcionar sem autores sociais próprios, para isto, basta que os brancos favorecidos em detrimento dos negros se neguem a estabelecer mudanças institucionais que tragam igualdade racial. Quando estas possíveis mudanças são abafadas e silenciadas, os detentores do *status quo* não utilizam de argumentos racistas ou ações evidentes de bloqueio aos negros nos espaços institucionais, eles simplesmente se silenciam e não cooperam para que a equidade aconteça. Neste caso, trata-se de um tipo racismo camuflado, aparentemente não identificável. No entanto, se - por um minuto - esquecermos sua metodologia de funcionamento e focarmos nossa atenção para seus efeitos, veremos que este racismo é tão real e danoso quanto qualquer outro.

A omissão do Estado, em alguns casos, e a baixa qualidade dos serviços e dos atendimentos prestados pelas instituições à população negra em geral, são sinais notórios de um racismo institucional, sob o qual essas instituições vem operando historicamente. Mas, como medir o racismo institucional? A constante reivindicação

¹⁹Grifo nosso.

dos movimentos sociais para que se tenha nas pesquisas públicas, dados desagregados por cor e indicadores capazes de expressar aquilo que cotidianamente vivencia a população negra brasileira, ganharam espaço nas pesquisas de abrangência nacional e hoje são fontes importantes que nos ajudam a identificar tanto o racismo institucional, quanto suas marcas.

O Mapa da Violência 2012 revela que a soma de todos os mortos em conflitos armados em um conjunto de dez países, entre os quais Iraque, Índia, Israel e Afeganistão, é menor do que o total de homicídios no Brasil no período entre 2004 e 2007. Nesses países ocorrem 147.373 contra 157.332, no Brasil.²⁰

A mesma pesquisa também ressalta que 53% dos homicídios no Brasil são de jovens, dos quais 75% são negros, do sexo masculino e de baixa escolaridade. Em relação a jovens brancos os números caíram de 9.248, em 2000, para 7.065, em 2010. Em relação aos homicídios de jovens negros, cresceram de 14.055 para 19.255 no mesmo período.

Estes dados revelam um verdadeiro genocídio. Podemos até ousar em nomeá-lo como um etnocídio, pois como vimos, os homicídios do Brasil tem cor: A cor negra. Trata-se de corpos com o peso da melanina acentuada, marcados por uma violência Estatal cruel.

Em 2012, o Data Senado juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR) realizou uma pesquisa de opinião pública chamada “*Violência Contra a Juventude Negra no Brasil*”, essa pesquisa mostra evidências de que a sociedade brasileira tolera mais a morte de negros do que de brancos. Para 55,8% da população, a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco. Aqui, talvez, resida o mais nítido exemplo de que estamos diante de uma cultura social que não valoriza a vida de jovens negros.

Essa visão frouxa que naturaliza os homicídios do país apresenta-se cotidianamente na forma de ditados populares. Frases como: “*Pode deixar, ele não estava rezando, não*”²¹ ou “*bandido bom é bandido morto*”²², além de caracterizar uma

²⁰Mapa da violência. A cor dos homicídios no Brasil, 2012.

²¹Frase proferida por um policial militar de Belo Horizonte, após se negar a prestar socorro a um jovem negro que caiu de um viaduto durante as manifestações de Junho de 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/18/ele-nao-estava-rezando-diz-policial-sobre-rapaz-que-caiu-de-viaduto-em-belo-horizonte.htm>> Acesso em: 10 de Out. 2013.

desvalorização dos direitos humanos, é fruto de uma narrativa que interpreta problemas sociais como problemas morais. O corpo negro carrega a cor da culpa, uma atribuição socialmente construída de que sua vida representa uma ameaça para a paz, criminaliza-se, portanto, quaisquer atitudes oriundas deste corpo e castiga-se com suplício sua existência.

Segundo Adorno (1996):

“A exclusão social é reforçada pelo preconceito e pela estigmatização. No senso comum, cidadãos negros são percebidos como potenciais perturbadores da ordem social, apesar da existência de estudos questionando a suposta maior contribuição dos negros para a criminalidade (Sellin, 1928 apud Pires & Landreville, 1985). Não obstante, se o crime não é privilégio da população negra, a punição parece sê-lo.” (ADORNO, Sérgio 1996, p-1)

Para Michel Foucault (2012) quando a punição social é dada a alguém ou a um grupo, ela representa uma vingança social estritamente ligada à moral, seu objetivo é fortalecer o *status quo*. E para isso:

“É preciso que o castigo seja achado não só natural, mas interessante; é preciso que cada um possa ler nele sua própria vantagem. [...] No centro da sociedade, nas praças públicas ou nas grandes estradas, o condenado irradia lucros e significações. Ele serve visivelmente a cada um; mas, ao mesmo tempo, introduz no espírito de todos, o sinal crime-castigo: utilidade secundária, puramente moral esta, mas tanto mais real.” (FOUCAULT, 2012, p-105)

Eis, então, o ponto que liga a intolerância para com a vida de jovens negros e a punição social atribuída, por vezes, gratuitamente à eles. Estamos falando de mecanismos de atuação pautados em uma lógica racista que ligados a moral, reforçam os jogos do privilégio da brancura na sociedade brasileira. Que dentre tantas vantagens que já obtém, ainda exerce - não teoricamente, mas empiricamente - exclusividade no direito a vida.

Mas o que faz da polícia um grupo destaque em assuntos que trazem como temática o genocídio de jovens negros no Brasil? Não conseguiríamos responder tal questão sem primeiramente, refletirmos sobre o conceito de policiamento. Essencialmente policiamento é a tentativa de manter a segurança por meio da vigilância e a ameaça de sanção (Spitzer, 1987; Shearing 1992 apud Reiner, 2004). Sendo também um conjunto de atividades cujo objetivo é preservar a segurança de uma ordem social particular ou da ordem social geral (Reiner, 1999). Estando esta ordem baseada em um

²²Frase que repercute há décadas e inclusive ajudou a eleger representantes políticos.

consenso de interesses ou um conflito de interesses latentes ou manifestos, entre grupos sociais cuja localização difere na hierarquia das vantagens ou, até mesmo, num complexo entrelaçamento desses dois motivos (Marenin, 1983 apud Reiner, Robert. 2004).

Em nossa sociedade, marcada por cisões raciais, preservar a ordem social geral ou particular é conservar as idéias e comportamentos impostos como regra pelo grupo dominante, aqueles posicionados no mais alto patamar da hierarquia social. Fazendo coro a isto, Engels em seu livro “*Origens da Família, da Propriedade e do Estado*”, argumenta que os aparatos policiais estão regrados por instrumentos de dominação física, que as classes dominantes, por intermédio da força, exercem sob as classes dominadas. Para ele, este mecanismo é acionado quando outros recursos de dominação não bastam mais.

Dialogando com esta visão, historiadores anglo-saxões²³ endossam o debate, nos fazendo lembrar o papel repressor da *new police* inglesa e das polícias patronais estadunidenses quando em contato com o movimento operário. Ora, para esta corrente de pesquisadores – conhecida como escola progressista²⁴ – a polícia é o instrumento de dominação por excelência do poder, isto é, da classe dominante.

Vejamos, desde um tempo longínquo, a figura do negro representou – e ainda hoje representa – o símbolo da desordem, da violência e ilicitude. São imaginários iniciados na era escravocrata, transmitidos pelas elites para os capitães do mato, comerciantes e os demais. Hoje, com o avançar dos tempos, percebemos que este ideário ainda se mantém vivo. Ser negro representa ser membro do grupo tido como “propriedade da polícia”²⁵. E como nos força a lembrar J. Lee (1981): “um grupo só passa a ser “propriedade da polícia” quando os poderes dominantes da sociedade - isto quer dizer, os poderes econômicos e políticos - deixam os problemas referentes ao controle social nas mãos da polícia”. (J. Lee, 1981, p. 55-54).

²³ Gleysal, 1974; Fossaert, 1978.

²⁴ Monjardet (2006) explica que a visão instrumental da polícia está dividida em duas correntes: a esfera progressista e a funcionalista *law enforcement* (aplicação da lei).

²⁵ Propriedade da polícia “são grupos de baixo status, sem poder, vistos pela maioria como problemáticos e desagradáveis. Como exemplo temos os vagabundos, alcoólatras de áreas deterioradas, os desempregados ou com empregos eventuais em tarefas que ninguém quer, jovens que adotam um estilo de vida longe dos padrões, **minorias étnicas**, gays e prostitutas e organizações políticas radicais”. (Reiner, 2004, p.143)

Como nos faz lembrar Monet (2001) é errôneo pensar a polícia como um serviço neutro, imparcial e equitativo. Em suma, ela está longe de ser um instrumento inerte nas mãos de governantes que agem, eles mesmos, permanentemente sob o controle dos cidadãos ou de seus representantes. (Monet, J C, 2001, p. 16).

A principal tarefa da polícia é, em seu sentido mais perverso, a aplicação da lei como um recurso para controlar e segregar grupos que são suas “propriedades”, para isto, ela está armada com um conjunto de leis permissivas e discricionárias para fazer valer o controle da ordem hegemônica. Tendo, inclusive, amplo apoio do grupo econômico e socialmente dominante, “sempre dispostos a fazer vista grossa para maneira com que a polícia trata: negros, favelados, gays, prostitutas e todos os outros que, igualmente, se encontram mal posicionados no mercado da cidadania.” (Reiner 2004: 144).

Segundo Reiner (2004) “o Estado e seu aparato coercitivo, a polícia, estão obscurecidos com um reflexo monolítico da lógica racista do capital”. Ora, o racismo multifacetado (polícia-Estado-sociedade), acaba por promover distorções graves, principalmente quando a parte responsável pelo policiamento ostensivo encara um grupo como símbolo do que “deve ser combatido”. Acirra-se, portanto, o confronto seguido ao estilo de “guerra”, onde o extermínio do grupo tido como desviante representa um alívio para os “pânicos morais”²⁶.

Se fizermos uma análise histórica veremos que no período do regime militar o discurso da segurança pública estava focado na ameaça comunista, subversiva. Este era o grupo²⁷ que simbolizava um risco para manutenção da ordem hegemônica. Entretanto, no decorrer da década de noventa este cenário muda completamente. É visível, a partir desse período, um forte processo de criminalização mais explícito de minorias étnicas e sociais (setores pobres, favelados, negros, gays, etc). Estes se tornaram a nova classe perigosa no Brasil.

²⁶ Para saber mais sobre o conceito “Pânico moral” [moral panic], ver o livro “Policing the Crisis” (1978) que mostra como o “medo do assalto” foi objeto de construção da polícia, do judiciário e da mídia. Ver também o livro “Moral panic and Devil Folks”(1972), de Stanley Cohen, que explica como grupos emergentes são definidos como ameaça aos valores societários e a ordem social.

²⁷ Tal explicação visa apenas elucidar um recorte histórico dos grupos tidos como ameaça pra segurança pública brasileira. No entanto, mesmo que não se encontre em documentos oficiais, sabemos que pretos e pardos sempre foram alvo de preocupação da polícia brasileira desde os tempos senhoriais.

O relatório da ONU: “*Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento*”²⁸ traz para nossas análises números que expressam de forma precisa, dados que nos ajudam a elucidar respostas para pergunta antes feita (a ligação entre polícia e genocídio da população negra). Este relatório aponta que policiais em serviço são responsáveis por uma proporção significativa de todas as mortes no Brasil, enquanto a taxa de homicídios oficiais de São Paulo diminuiu nos últimos anos, o número de mortos pela polícia aumentou, de fato, nos últimos três anos. Sendo que em 2007, os policiais em serviço mataram uma pessoa por dia. No Rio de Janeiro, os policiais em serviço são responsáveis por quase 18% do número total de mortes, matando três pessoas a cada dia. Observam-se, portanto, dados indicando a mesma direção dos números expressos no Mapa da violência 2012: A morte desproporcional de jovens do sexo masculino, que por vezes, são frutos de execuções extrajudiciais cometidas por policiais que assassinam em vez de prender um suspeito de cometer um crime, e também durante o policiamento seguindo o estilo de “guerra”, onde o uso de força excessiva resulta nas mortes de suspeitos de crimes e de pessoas nas proximidades (ALSTON, Philip, 2008).

Diante desta perspectiva, na qual a juventude negra é a mais violentada pelas agências de segurança pública, percebemos que mesmo nas sociedades contemporâneas – sobre tudo pós-coloniais, com escassa tradição democrática ou profundos princípios de igualdade e imparcialidade da ação coercitiva do Estado – a atuação policial, fortalece (mediante a orientação de governo) um racismo institucional, que estimula clivagens socioraciais e políticas entre indivíduos e grupos, discriminando segmentos sociais percebidos como perigosos, indesejáveis ou estrangeiros, em seu próprio território. (MUNIZ, Jacqueline e MACHADO, Eduardo. 2010, p-440).

²⁸Relatório da ONU: “*Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento*” escrito pelo relator especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Dr. Philip Alston, em 2008.

CAPÍTULO 3- ABORDAGEM POLICIAL E TIPOS SUSPEITOS

“Fazendo uma curva,
Uma viatura,
Vou ter que dar uma parada
Porque agora,
Vou ter que levar uma dura,
Como sempre acontece,
Tapa no saco,
Me chamam de preto abusado,
Documento na mão,
Vinte minutos depois
Eu tô liberado.
É complicado ser revistado,
Por um mulato fardado,
Que acha que o preto favelado,
É um retrato falado,
Sempre foi assim,
Covardia até o fim,
A porrada que bate na cara
Não dói no playboy burguês,
Só dói em mim,
Programado pra matar (pá-pá),
Atira e depois vai perguntar,
Se ele trabalhava ou se traficava.
Sei que deitado no chão ele tá,
E gera a revolta na cabeça da comunidade,
Que é marginalizada pela sociedade,
Que se cala escondida no seu condomínio,
Na favela ainda impera a lei do genocídio.”

(Música: Cidadão Comum Refém. MvBill)

Neste terceiro capítulo descrevemos às tipificações construídas acerca do suspeito percebidas pela pesquisadora nas entrevistas realizadas no trabalho de campo. Em detalhe, trata-se das representações sociais construídas de raça, classe e localização geográfica que policiais militares auto declarados negros Distrito Federal utilizam para categorizar indivíduos ou ações suspeitas.

3.1. ABORDAGEM POLICIAL

De forma geral, podemos dizer que qualquer cidadão que esteja nas ruas, seja a pé ou utilizando qualquer meio de transporte, pode ser abordado ou revistado pela polícia. A atividade de suspeição é uma ação policial rotineira de prevenção da criminalidade (Ramos, S. e Musumeci, L. 2004:1). Porém, sabe-se que as práticas de abordagem policial estão longe de serem feitas de forma aleatória. Ora, a polícia

constrói o tipo suspeito de acordo com uma série de critérios pré-estabelecidos por ela: aparência física, vestuário, forma de andar, falar, situação, horário e local. Estes são critérios que combinados ou não, norteiam a atividade de suspeição policial.

No campo semântico abordar significa: chegar-se, aproximar-se, procurar, interrogar, versar. No âmbito jurídico a abordagem se caracteriza pela busca pessoal. Nesse sentido, Nucci (2004) ressalta que a busca é um ato de restrição individual (inviolabilidade da intimidade, vida privada, domicílio e da integridade física e moral) constituindo no ato de procurar por meio de revista de pessoas (vítimas de crime, suspeito, indiciado, acusado, condenado, testemunha e perito), indícios (objetos, papéis e documentos) que denotem ser vestígio de infração (Nucci, 2004:472 apud Silva, G. 2007).

Tem-se que um policial militar só fará a busca pessoal ou domiciliar, quando houver uma **suspeita fundada**, como mostra o artigo 240 do Código Processual Penal (CPP):

A busca será domiciliar ou pessoal.

§1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários a prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento de seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

§2º Proceder-se-á a *busca pessoal* quando houver *fundada suspeita* de que alguém oculte consigo arma proibida ou objeto mencionados nas letras *b a f* e letra *h* do parágrafo anterior (grifos nossos).

Ora, entre os policiais militares entrevistados para este trabalho monográfico há um consenso que a abordagem é necessária para a garantia de um policiamento eficaz, sendo então, ponto fundamental para que o trabalho policial aconteça. Vejamos:

“O serviço policial ele resume grande parte do sucesso ao serviço de abordagem. Porque nessa sociedade que a gente vive, muito heterogênea, fica muito complicado você conseguir lograr e combater o crime se você não abordar. Então eu acho que a abordagem policial é o grande sucesso que o policial tem que ter pra atuar. Porque é aí que ele vai conseguir apreender arma, que ele vai conseguir verificar se tem alguém que tá devendo alguma coisa pra justiça, vai conseguir recuperar carros roubados, furtados...”
(Policial militar, praça, cor: negra).

“Então, como você pode vê [o entrevistado nesse momento aponta pra si mesmo, ele estava armado e portando os equipamentos do serviço de policiamento ostensivo: bastão policial, colete, rádio comunicador, tonfa e etc.] eu trabalho numa sessão operacional da polícia militar, eu não só vivo isto, como acredito que a abordagem é algo fundamental. Não se prende bandido sem a abordagem.”
(Policial militar, praça, cor: negra).

“Quando a gente tá rua você não sabe quem é quem. Às vezes o cara vai fazer algum delito, entende? Às vezes o cara tá bem vestido, tá bem arrumado, mas ele pode tá escondendo uma arma de fogo ou uma faca. Ele pode tá tramando fazer alguma coisa ilícita. Daí, a abordagem é importante pra gente descobrir se a pessoa vai fazer algum delito. A gente não pode esperar o meliante fazer o delito pra depois prender. O ideal é evitar que ele nem faça. É uma questão de prevenir que coisas ruins aconteçam na comunidade.”
(policial militar, praça, cor: branca).

Percebemos através das falas dos entrevistados que a abordagem tem como objetivo: reprimir ou prevenir o crime. Vemos, inclusive, que atividade fim tem sua base na suspeição, sendo ela característica necessária para o funcionamento das atividades policiais de rua. Muniz (1999) reforça nossa análise ao destacar que o ato de suspeitar consiste em uma atitude saudável do policial (Muniz, 1999:16). Neste sentido, a suspeição é resultado da necessidade que o policial tem de manter-se atento, visto que sua posição o coloca diretamente ligado a situações de perigo, exigindo dele habilidade para sinalizar problemas que possam ameaçar sua vida e a dos outros ao seu redor. O que nas culturas da rua traduz-se como a atividade que mede o quanto o policial consegue identificar previamente pistas de crimes e cidadãos desviantes.

Para grande parte dos policiais o ato de suspeitar é uma atitude essencialmente policial, o trabalho de policiamento desenvolveu neles uma atitude de suspeição constante e aguçada, que não pode ser desligada em nenhum momento. Já no caso do cidadão não-policial, suspeitar consiste em uma atitude ocasional, podendo ser vez ou outra acionada/não-acionada.

Para além do desenvolvimento da suspeição apurada, ao policial é dado o direito legal de abordar pessoas, sendo esta, uma das esferas que o distingue do cidadão não-policial. É o que acredita a maioria dos policiais militares do DF. Senão, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 3- Distinção entre policial e cidadão não policial²⁹

Em sua avaliação, o que distingue o policial militar de outro cidadão não policial? (Marque sim ou não)	
A) O direito de abordar pessoas	TOTAL
Sim	71,6%
Não	24,4%
Não respondeu	4,0%
TOTAL	100%

Fonte: Pesquisa Identidades Profissionais e Práticas Policiais

Skolnick (1966) no livro *“Justice without Trial”* cita que muito dos manuais americanos de orientação do trabalho policial, encoraja deliberadamente a suspeição. Em um desses materiais analisados por Skolnick estava o slogan: “Suspeite. Esta é uma atitude policial sadia.” Em sua análise o autor detectou que nos manuais de policiamento havia orientações detalhadas para caracterizar o suspeito tido como “incomum”.

O Brasil, neste quesito, não difere do contexto americano. Vejamos a doutrina de suspeição da Polícia Militar do Distrito Federal, descrita no livro-base do curso de formação da PMDF, cujo autor é Correia (1998). Este orienta o policial como selecionar pessoas para abordar, trata-se de um mapa cognitivo detalhado do mundo social, de forma a prever e lidar rapidamente com o comportamento de um grande número de pessoas em diferentes contextos.

²⁹ Dados retirados da pesquisa: “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto.

Tabela 4- Doutrina policial: Suspeição orientada pela pessoa e pelo veículo.

Brasília, 2009 ³⁰

	Tipo de suspeição
P E S S O A S	Com vestes de sangue ou vestígios de terem cometido crime;
	Apresentando nervosismo ou amedrontadas junto ao caixa de estabelecimento comercial ou bancários;
	Com embrulhos suspeitos ou andando apressadas altas horas da noite;
	Com vestes pobres e portando objetos de alto valor;
	Rondando escolas, playground, parques infantis, entre outros;
	À noite, parados juntos a portas, janelas ou muros;
	Mendigos em frente a estabelecimento bancário ou comerciais;
	Portando aparelhos, instrumentos ou objetos (alicate, pé-de-cabra, chave de fenda, machado, entre outros.) que esbocem suspeita de prática de delito;
	Que demonstram ser portadoras de doenças mentais
	Correndo, perseguidas pelo clamor do público;
	Denunciadas pela população por prática de delito;
	V E Í C U L O S
Com placas tampadas;	
Com placas ilegíveis;	
Com pessoas passando de carro para outro (roubo ou furto);	
Circulando, em marcha reduzida, próximo a estabelecimento comercial e bancários (avaliar a situação e trânsito);	
Estacionado em local ermo sem justificativa aparente;	
Estacionado em becos, principalmente, à noite;	
Estacionados na contramão, em via de mão única;	
Veículos de alta potência com pessoas em atitudes suspeitas;	
Dois ou mais veículos andando juntos;	
Avariados (atropelamento ou fuga);	
Circulando na mesma rua por várias vezes consecutivas;	
Trafegando à noite com faróis e lanternas apagadas;	
Estacionamento ou em movimento com pessoas deitadas em seu interior, dormindo ou fugindo da observação externa;	
Que arrancam bruscamente à aproximação da polícia;	
Abertos, estacionados por longo período (furto);	

Embora existam guias como os de Correa (1998) sendo constantemente ensinados no treinamento policial para abordagem, ao que tudo indica, a lógica de

³⁰Tabela extraída da dissertação de mestrado de Silva, Gilvan (2009:68)

suspeição dos policiais militares – por vezes - está muito mais relacionada à discricionariedade do que aos próprios guias de suspeição pautados pela corporação.

De forma bastante resumida, podemos dizer que a discricionariedade seria a capacidade de em determinado momento ou circunstância tomar decisões ligadas ao exercício profissional. Todas as profissões exigem discricionariedade, como por exemplo, um professor pode decidir aplicar a prova de uma dada maneira porque ele acredita que dentro de seu modelo didático desenvolverá melhor o seu trabalho. No caso da polícia, o policial pode achar melhor abordar determinada pessoa, porque ele acredita que ela representa mais risco do que a outra. O que torna o tema da discricionariedade na polícia, perigoso e mais complexo do que em outras profissões.

“Eu falo que eu tenho um faro pra isso [abordagem], e geralmente eu não erro e dizem que eu tenho um faro muito bom. Eu acho que eu fui desenvolvendo isso ao longo da profissão. Eu tenho em mim alguma coisa que fala: “aquele ali”. Eu tenho uma percepção muito aguçada. Porque aqui, a gente aprende a sentir quando deve abordar.”
(Policial militar, praça, cor: negra).

Queremos, aqui, pensar junto com Nucci (2004) a abordagem baseada apenas na intuição é irresponsável. Segundo o próprio autor, quando um policial tem alguma desconfiança a respeito de um suspeito ele não deve conduzir a abordagem se valendo apenas de sua experiência ou pressentimento, é necessário algo mais palpável e sólido: como uma denúncia feita por um terceiro de que a pessoa porta um instrumento usado para cometimento de delito ou no caso do próprio policial visualizar uma saliência sob a blusa do suspeito, indicando nítida impressão de está portando um revolve. Há inúmeras possibilidades que autorizam uma busca, mas é crucial evocar que a autoridade policial pode – e deve – revistar pessoas a partir de uma convicção fundada. Pois, caso contrário o policial pode incidir em duas infrações: funcional (quando não houver elemento subjetivo específico) merecendo punição administrativa ou penal (quando manifestar intenção de abusar de sua autoridade) merecendo ser processado e condenado por isso. (NUCCI, 2004:479).

Não podemos esquecer que os cursos de formação policial são relativamente novos no Brasil, pois as academias estão se reestruturando a menos de uma década. Sabemos que a ensino sobre o policiamento no país, antes era aprendido na rua. Assim, não havia muitos cursos em sala de aula, os policiais mais novos iam aprendendo nas ruas através do ensinamento transmitidos pelos mais experientes na profissão. Hoje, já

contamos com uma formação policial mais sólida - como vimos - existem muitos cursos e manuais que orientam a ação policial e prescrevem como deve ser conduta. No entanto, mesmo com os cursos de formação, em certa medida, a tradição de ensinamento do policial mais antigo para o mais novo ainda permanece bem viva. Destacamos, sobretudo, as falas abaixo:

“É mais o rol de conhecimento que você aprende com policiais mais antigos, que acabam que te passam a experiência e você acaba que também difunde isso. Mas, também, é lógico que dentro da academia você aprende a como proceder na abordagem em relação à segurança da equipe, em relação à segurança de todas as pessoas que estão em volta. Mas, é o dia a dia profissional com os mais antigos que vai te dá essa grande capacidade de percepção pra que você consiga observar quem tá em atitude suspeita e proceder na abordagem policial.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

“A abordagem rotineira você só vai aprender mesmo na rua, os colegas de trabalho ensinam muito também. Porque é assim: As situações na rua se repetem, então se você é um policial que escuta, que presta atenção no que diz os que tem mais tempo de casa, você vai saber como agir quando a mesma situação acontecer contigo”.
(policial militar, praça, cor: branca)

Elencaremos, a seguir, alguns quesitos que os policiais julgam orientar seu trabalho. Entre as opções de resposta, ganham destaque “a vivência prática” e o “aprendizado obtido no curso de formação”:

Tabela 5 - PMDF responde o que orienta seu trabalho³¹

O que orienta o seu trabalho diário?	TOTAL
Vivência e prática	28,00%
Aprendizado obtido no curso de formação	19,50%
Normas e manuais de conduta	16,20%
Conhecimentos adquiridos por conta própria	12,70%
Intuição e bom senso	11,20%
Experiência dos mais antigos	10,40%
Outra	0,90%
Sem resposta	1,10%
TOTAL	100%

Fonte: Identidades Profissionais e Práticas Policiais

³¹Tabela 5 - dados retirados da pesquisa “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto.

3.2. MAPAS DE SUSPEIÇÃO

3.2.1. Territórios Negros: Locais Suspeitos

“Na periferia a alegria é igual
É lá que mora meus irmãos, meus amigos
Na periferia a alegria é igual
E a maioria por aqui se parece comigo.”
(Musica: Periferia. Helião e Negra Li)

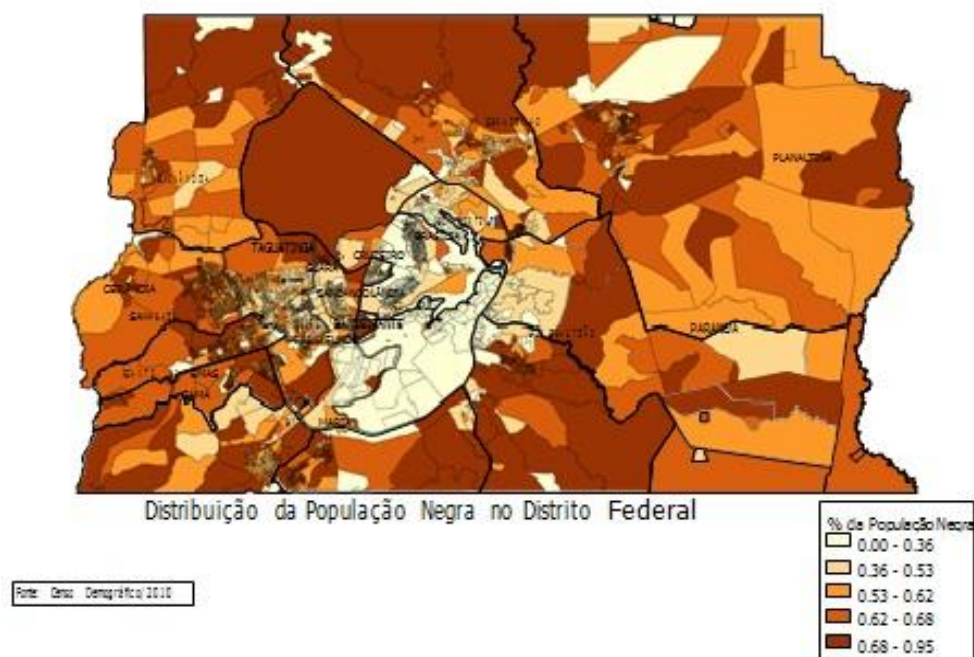
A formação espacial de Distrito Federal delimita espaços de circulação estratificados não só por hierarquias sociais como, também, raciais. Sant’anna (2006) assegura que não é possível falar de uma de uma estrutura racial oficial que aloquem pretos e brancos em locais diferenciados – como foi o caso do regime de segregação racial adotado na África do Sul, entre 1948 a 1994 – mas, para o autor, é possível visivelmente verificar que as áreas ocupadas predominantemente por um dos grupos de cor, se relacionam com baixos indicadores de qualidade de vida (renda, escolarização e saúde). Por este âmbito, constata-se que o distanciamento entre negros e brancos é algo factual. Sant’anna (2006) prossegue destacando que este distanciamento geográfico, não pode ser explicado unicamente por fatores de ordem econômica, pois o lugar do negro é resultado de uma intersecção de limitadores socioeconômicos, político-ideológicos e culturais.

Para Santarém (2014) “as cidades assumem os signos raciais ³²de seu grupo hegemônico, e assim constituem espaços socialmente reconhecidos desta percepção fenotípica.” (Santarém, 2014:134).

³² O conceito de raça como signo, deste trecho, se baseia na definição feita por Segato (2005): "depende de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é socialmente relevante. Estes contextos são localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação. Por exemplo, se a idéia de um Atlântico Negro, como estratégia de construção de uma identidade política negra transnacional, pode ser um instrumento político até certo ponto eficiente na demanda das diversas populações negras por recursos e direitos, não podemos deixar de advertir que, no cenário imediato de nossas interações na América Ibérica, a identidade negra se constitui fortemente hifenada, modificada pelo ambiente histórico político e civilizatório subcontinental, nacional e regional. Um afro-norte-americano é um sujeito muito diferente de um sujeito classificado negro no ambiente social brasileiro. Todas estas sociedades pós-coloniais do continente americano são moduladas por uma forte estratificação étnicoracial, mas a engenharia desta estratificação é variável." (SEGATO, Rita 2005:6). **Para saber mais sobre raça signo ver:** A conferência proferida por Stuart Hall em 1995, na University of London, intitulada: “*Raça o significante flutuante*”, reproduzida na íntegra no documentário feito por Sut Jhally ©Media Education Foundation, 1996.

No caso do Distrito Federal, a configuração urbana criou “periferias heterogenias em termos de classe, contudo mais homogêneas em termos étnico-raciais, criando, portanto, uma periferia racializada pela predominância de negros”. (Tavares, 2011). Ora, basta observarmos que há uma presença numérica elevada de pessoas brancas no Plano Piloto, Lago Norte, Lago Sul e Park Way. Enquanto nas regiões administrativas como Estrutural, Brazlândia, Itapuã, Recanto das Emas, Santa Maria, Ceilândia, Sobradinho II, essa relação se inverte, havendo uma predominância numérica de pessoas negras.

Mapa 1 – População Negra do Distrito Federal³³



Para Oliveira (2010), pessoas oriundas de qualquer cidade satélite, com predominância de população negra do DF (inclusive as que trazem menos traços diacríticos de afro-descendência) quando relatam aos outros seu endereço, tal mensagem chega ao receptor embutida não só de uma localização espacial, como também emaranhada de um signo racial.

³³ Fonte: Censo Demográfico de 2010. O mapa na versão ampliada se encontra no **Anexo III**.

"Por exemplo, uma pessoa que mora em Brazlândia, cidade que tem 63% de pretos e pardos declarados, fala para um morador do Lago Sul, onde apenas 13% das pessoas se afirmam negras, sobre onde mora. Por mais que o emissor queira apenas comunicar a sua localização espacial no Distrito Federal, a mensagem chegará ao receptor imbuída, também, de uma localização racial" Oliveira (2010:76).

O que Oliveira (2010) deseja afirmar vai ao encontro do que defendeu Rolnik (1989) em seu artigo intitulado "Territórios Negros nas Cidades Brasileiras": a existência de territórios negros específicos, em certas cidades do país, torna plausível a existência de culturas negras sendo socializadas nesses espaços geográficos. A urbanista avança, relatando que as imagens dos territórios negros estão associadas à marginalidade como característica própria da habitação coletiva negra: Se, para a comunidade negra, a linguagem do corpo é elemento de ligação e sustentação do código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca, a intensidade de vida em grupo não-familiar, somados a densidade de cortiços, presentes nestes espaços, contrasta com a organização da casa burguesa, do padrão de vivência branco, este último, de corporalidade mais recatada, com famílias ditas estruturadas, configuradas sob o escopo de pai, mãe e filhos (ROLNIK, 1989:7).

Para a autora os confrontos da polícia com os habitantes de favelas e guetos, refletem a lógica do território negro como sendo território marginal, visto como perigoso, desorganizado, promíscuo e imoral. Para elucidar sua hipótese, ela nos apresenta o caso da cidade do Rio de Janeiro:

"[...] é legítimo concluir que o escurecimento da cidade foi acompanhado por demarcações territoriais mais claras. Como, no Brasil, a questão racial "não existe", os conflitos aparecem mais como tensões territoriais do que como tensões raciais. Se hoje a população preta e parda está cada vez mais longe da vista e do alcance da Cidade Maravilhosa, nas áreas onde há proximidade (e não mistura!) a conjuntura atual é de guerra civil. [...] A violência das incursões policiais nesses locais tem contribuído para reforçar a demarcação desse território como zona inimiga e, conseqüentemente, para estigmatizá-lo ainda mais." (RONILK, Raquel 1989:14)

Notamos que os espaços identificados pelos policiais entrevistados como espaços suspeitos, são aqueles percebidos também como territórios negros:

Entrevistadora: "Você acredita que existam tipos de pessoas que já nascem com uma "indole" para o crime?"

"Não, não acredito não! Pra mim é mais o meio que ela vive que influência, o estilo de vida, o estilo de vida familiar."
(Policial militar, praça, cor: negra)

Entrevistadora: O senhor pode-me dizer como é este estilo de vida e de família?

“Ah... É o que a gente chama de família desestruturada. Num quer dizer que a pessoa que só tenha a mãe ou só tenha o pai, ou é uma criança que foi criada em orfanato vai ser um pressuposto pra virar criminoso. Não é isso. Mas, muitas vezes, são as pessoas das famílias desestruturadas que estão mais envolvidas em crimes. Eu digo assim, aqueles que são criados sem o carinho, sem atenção da família, sem aquela estrutura [...] Em boa parte, as famílias daqui [Jardim Paraíso]³⁴ são estruturadas, elas podem dá parâmetro e fora isso, elas podem dá algo mais pras crianças, como cursos e uma doutrina mais estruturada, ou algo mais que faz a diferença. Coisa que não tem na cidade Maria Isabel.”

(Policia militar, praça, cor: negra)

“O pessoal da cidade Maria Isabel se confunde muito com o pessoal de uma quadra que a gente tem aqui na cidade Jardim Paraíso. Porque a cidade Jardim Paraíso não é só classe média, não! É porque você não conhece aqui. Quando o Cristovam disse que ia acabar com a cidade Maria Isabel e começou a trazer o pessoal de lá pra quadra “Z”, daqui da cidade Jardim Paraíso, essa quadra começou a ter fama de violenta. No patrulhamento, as pessoas que eu vejo de manhã na cidade Maria Isabel, eu vejo a noite na quadra “Z”, da cidade Jardim Paraíso. Por que? Porque quando eles fizeram isto, de criar cortiços. [retruca] Porque o Roriz fazia favela, mas o Cristovam fez a questão de fazer cortiços! Ele pegou um lote já com 115 metros quadrados e dividiu pra duas famílias, virou cortiço! Então, quando você arrocha muito um cara da Maria Isabel, que deve pra justiça, ele corre pra quadra “Z” do Jardim Paraíso. Então é fácil, você começou a arrochar a cidade Maria Isabel de manhã, pode ter certeza que a noite o camarada vai tá na quadra “Z” da cidade Jardim Paraíso. Essas pessoas desses dois lugares se confundem, eles falam igual, agem igual, se vestem igual. Mas, existe meninos que são mais espertos, eles começam a se vestir diferente desses meninos do crime e começam a frequentar menos esses lugares que a gente chama de obscuros ou lugares suspeitos. ”

(policia militar, praça, cor: branca).

Para autores, da teoria dos lugares desviantes, como Stark (1987), Shaw e McKay (1942), Shaw et al. (1929) fatores como a heterogeneidade étnica, a densidade demográfica, o baixo-status socioeconômicos, a degradação da área urbana, a variação da composição da vizinhança e a quebra familiar – com o desemprego do homem e a presença da mulher como chefe de família – são determinantes para o aumento da criminalidade urbana. Logo, percebemos aqui uma similitude do pensamento destes autores para com as percepções policiais. Em outras palavras, os territórios considerados suspeitos pelos policia destacam-se nesta lógica.

Observamos também, que a polícia incorpora um discurso genérico que culpabiliza famílias que não partilham da estrutura familiar tida como normativa (pai, mãe e filhos). Em conversas de bastidores, muitos dos policiais com que tive contato, após as entrevistas, relataram que a polícia em suas atividades comunitárias (exemplo:

³⁴ Cidade Jardim Paraíso = Nome fictício utilizado para representar uma cidade classe média do Distrito Federal. Cidade Maria Isabel = Nome fictício utilizado para representar uma periferia do Distrito Federal.

Programa “Picasso Não Pixava”, campeonatos de vôlei e futebol desenvolvido nas periferias) desempenhavam com estes jovens, um papel, que a princípio, seria da família, de mostrar através de atividades lúdicas: respeito, limites e a importância dos estudos.

Para todos os efeitos, é importante insistir que a maioria das famílias negras brasileiras não partilha de uma estrutura familiar tida como a normativa, nem muito menos, estão em sua maioria alocados nos mais elevados status econômicos. Para as famílias negras subjacentes nas escalas sociais, a variação da composição da vizinhança e a densidade demográfica de suas cidades, fazem parte do cenário de sua história cultural social. Basta lembrarmos que os suportes mais sólidos do repertório negro foram desde a senzala (espaço de celebração comunitária, de memória coletiva e ritualizada) ao próprio corpo negro: símbolo da fronteira entre continente e limite escravo. Ora, núcleos negros importantes nasceram desta configuração espacial e se sustentam, até hoje, com este tipo de sociabilidade. E neste sentido, as suspeitas fundadas sob o parâmetro dos fatores elencados pela teoria dos lugares desviantes acabam por punir previamente cidades negras inteiras, colocando suas vivências sob a figura da anomia social (ROLNIK, 1989:9).

Como alertam Landau e Nathan (1983) índices de risco baseados no conceito de “famílias problemáticas” mesmo quando usados universalmente de forma burocrática pela polícia, resultam em decisões discriminatórias e, muito provavelmente, violentas.

Segundo Silva (2009) a racionalidade da ação policial em uma cidade suspeita é que todos os pontos da cidade são suspeitos, incluindo todos os moradores que nela circulem. Existe, nas palavras de Silva (2009), uma “desorientação” na abordagem, que ao invés de identificar apenas pontos ou locais suspeitos, se apropriam da idéia de cidades suspeitas. Como resultado, verificam-se nestas cidades “ações tensas em todos os lugares, em todos os momentos, as expressões dos rostos são sempre sérias, as armas ficam em punho em todas as abordagens.” (Silva, 2009:123). Nestes ambientes suspeitos, as abordagens policiais são executadas com mais energia, diferentemente de lugares identificados como não-suspeitos, em que as abordagens são realizadas com menos energia.

Entrevistadora: “O senhor acha que há diferenças de abordagens entre áreas nobres e áreas periféricas?”

“Existe diferença sim. Existe porque o policial quando chega numa área, ele se adequa à realidade que ele tá vivendo e isso não tem como ser diferente. Por exemplo, você tem uma cidade igual o Jardim Paraíso que tem uma renda per capita muito alta e uma cidade, por exemplo, igual a cidade Maria Isabel que já tem um pouco mais de dificuldade, não significa que você tem que

tratar diferente, mais o seu grau de cuidado em relação à abordagem dentro de uma cidade igual a Maria Isabel que a iluminação é muito precária, as ruas são muito estreitas, a quantidade de pessoas que cometem crimes de forma concentrada é maior, então eu acredito que dependendo da cidade o policial tem que ter essa dimensão. Porque eu acredito que a diferença social não é o policial que cria, ele se insere dentro da sociedade. Então, quando ele entra naquele cenário, ele tem que saber se portar dentro daquele cenário.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

“Então a própria doutrina é uma aqui na cidade grande e a outra na periferia porque pressupunha-se que só existia bandido na periferia, até hoje a gente traz esse preconceito. Tem outra coisa que tem outra dificuldade, o pessoal que mora no Plano Piloto encara a Polícia como papel higiênico ele é útil mas é inconveniente, ninguém coloca o papel higiênico pra enfeitar e tem outra coisa, usou e joga fora [...] Então, existe na abordagem no Plano Piloto um grande risco por causa de nada parar na Corregedoria porque o cidadão não vai ponderar a determinação legal do policial e não vai querer botar a mão na cabeça; não vai querer ficar de costas não vai querer ser submetido à busca pessoal; não vai querer que reviste o carro dele, cheio de direitos; a Polícia vai lá e vai prender ele por resistência, desobediência, desacato, o que for, e depois vai responder administrativamente, por isso que a gente tem que se resguardar, a gente é pai de família, profissional, e nossa carreira continua não acaba ali naquela abordagem.”
(Policial militar, participante do grupo focal da pesquisa: Identidades Profissionais e Práticas Policiais).

Através das falas dos entrevistados, podemos pressupor que nos territórios negros, as desigualdades de poder - quando ocorrem nas interações - tendem a favorecer o policial, desprivilegiando o cidadão residente dessas regiões. Pois, dificilmente os moradores dos ambientes periféricos contarão com as mesmas imunidades institucionais, que detêm no âmbito das leis, as classes médias e altas.³⁵ “Um grande problema da polícia é confundir um membro do grupo de status elevado como sendo propriedade da policia”. (Reiner, 2004:143) Talvez, esta seja a explicação para a diferenciação de abordagem em territórios negros e não-negros.

A garantia de se realizar uma abordagem de sucesso diz respeito a mapear previamente o comportamento dos abordados, antes mesmo de lhes anunciar a abordagem. Ora, se o policial consegue perceber previamente que o indivíduo abordado responderá de forma submissa à autoridade policial na hora da abordagem, aumentam as chances do policial se manter confortável em sua atividade de revista. Segundo o educador e também policial militar Edno Ribeiro (2005) os policiais além de criar das

³⁵ Trataremos deste assunto, de formas pouco mais aprofundada a adiante.

características de pessoas suspeitas, conseguem ainda criar mapas prévios do comportamento dos diversos grupos sociais no momento da abordagem:

- “- o negro sabe que ser abordado é seu destino: a pessoa de cor tem um comportamento diferente quando a viatura chega e manda parar, parece que eles ficam desmotivados, como se fosse o destino deles.
- o branco não admite ser abordado: o branco fica mais ligado e reclama muito mais, como se não devesse ser abordado nunca.
- o branco rico causa problemas e atemoriza o policial: se é rico então, aí vem problema pra cabeça do polícia. É só reclamação e ameaça contra o policial.” (Ribeiro 2005:83)

Para, além disto, podemos inferir que os policiais se sentem mais desvalorizados quando exercem sua profissão nos territórios não-negros, parte central da cidade (Plano Piloto) e em seus bairros adjacentes (Lago norte, Lago Sul, Sudoeste, Cruzeiro/Octogonal, Park Way, Guará e Núcleo Bandeirante). Cujas renda média per capita superior é superior a 2,4 salários mínimos, segundo os dados da CODEPLAN (2010).

Entrevistadora: “O senhor acredita que os moradores das cidades periféricas tratam o policial de forma diferente dos moradores das cidades centrais, como Plano piloto, Lago sul, Sudoeste...?”

“Sim, sim. Eu acho que a polícia é procurada quando o cidadão necessita da polícia, a polícia é uma força do Estado que, geralmente, quem tem a condição social um pouco melhor e consegue viver com um pouco mais de conforto e numa área, vamos dizer, um pouco mais segura não percebe a importância do serviço policial. Agora, quando você vai pra comunidade que têm o crime mais de perto, a sua função é muito mais visível. A tendência é que a população tenha mais respeito.”
(policial militar, praça, cor: negra)

“A gente não trata ninguém diferente. Agora eles nos tratam diferente. O cidadão da cidade Maria Isabel tem mais respeito por mim que o da cidade Jardim Paraíso. O cidadão da cidade Maria Isabel não só precisa do policial, ele quer se fazer companheiro, ele quer se fazer protegido. O cidadão da cidade Jardim Paraíso acha que paga o salário da gente, assim como o cidadão do Lago Sul e que pode chegar pra mim, botar o dedo na minha cara e dizer: “Oh... sou cunhado de num sei quem, parente de num sei quem, irmão de num sei quem” Entendeu? Ele só lembra do policial na necessidade. Ele acha que o policial é culpado de todos os problemas do mundo e que tem que resolver todos os problemas dele. É bem diferente o tratamento. A maioria dos que vivem em áreas nobres, quando vê o policial fica “aí o polícia”. Agora, quando acontece alguma coisa falam “ah.. num passou nenhum policial na minha porta”. Eu também quero um policial na minha porta, eu sou cidadã também, quem não quer um policial na sua porta? Todo mundo quer”.
(policial militar feminina, praça, cor: negra).

“Sim. O morador do Lago Sul quer dá carteirada, né! E os universitários da UnB também. [dá um sorriso provocativo e aponta pra mim] O que ocorre nessas áreas é aquela famosa história de: “Eu sou filho de fulano”, “eu trabalho num sei aonde”. Isto aí é recorrente. Agora, na periferia não é assim.

Quando a policia chega lá, eles dão graças a Deus porque reconhecem que nosso trabalho é importante pra combater a criminalidade.”
(policia militar, praça, cor: branca).

Notamos que os policiais percebem que as relações de sociabilidade no Brasil estão alicerçadas pelo paternalismo nas interações. Como dialoga DaMatta (1997) os ritos de separação, presentes nessas interações sociais, em que se pretende “mostram-se superior”, acontecem recorrentemente no país e principalmente quando os informantes de nível superior sentem sua autoridade ameaçada, como são os casos relatados por policiais acima. Nos encontros entre policiais e moradores de áreas nobres o problema se acentua quando temos a presença de uma parcela crescente do último grupo participando de atividades consideradas como “fora dos padrões”. Pois, “quem protesta em uma passeata ou um hippie que fuma maconha pode ser um professor universitário.” (Reiner. 2004:143). E neste caso, a aplicação do mesmo tipo de policiamento que é dado nas periferias, pode trazer complicações para o policial.

3.2.2. “Vamos pegar negão”: Juventude negra na ótica da PMDF

São apenas dez e meia, tem a noite inteira
Dormir é embaçado, numa sexta-feira.
TV é uma merda, prefiro ver a lua.
Preto Edy Rock Star a caminho da rua.
Hã... sei lá,
Vou pruma festa, "se pam"
Se os cara não colar, volto às três da manhã.
Tô devagar, tô a cinqüenta por hora,
Ouvindo Funk do bom,
Minha trilha sonora.
A polícia cresce o olho, eu quero que se foda!
Zona Norte a bandidagem curte a noite toda.
Eu me formei suspeito profissional,
Bacharel, pós-graduado em "tomar geral".
Eu tenho um manual com os lugares,
horários, de como "dar perdido"...
ai, caralho...
("prefixo da placa é MY, sentido Jaçanã, Jardim
Hebron...").
Quem é preto como eu já tá ligado qual é,
Nota Fiscal, RG, polícia no pé
("escuta aqui: o primo do cunhado do meu genro
é mestiço, racismo não existe, comigo não tem
disso, é pra sua segurança").
Falou, falou, deixa pra lá!

Vou escolher em qual mentira vou acreditar.
A noite é assim mesmo, então... deixa rolar.
[...]

Ô, que caras chato, ó!
Quinze pras Onze,
Eu nem fui muito longe e os "home" embaçou.
Revirou os banco,
Amassou meu boné branco,
Sujou minha camisa dos Santos.
Eu nem me lembro mais pra onde eu vou.



Figura 1 – Elemento cor padrão
Fonte: site www.amarildo.com.br

Nos Estados Unidos, estudos na área de segurança pública revelam a existência de uma filtragem racial (*racial profiling*) nas abordagens policiais exercidas naquele país. O conceito de filtragem racial presente aqui, é o mesmo utilizado por Kenneth Meeks (2000) no livro “*Driving While Black*”, são “práticas racialmente tendenciosas de identificação de suspeitos” (Kenneth Meeks 2000 apud AMAR, 2005:236).

No caso brasileiro, a filtragem racial também é prática recorrente das abordagens policiais, podemos estendê-la não só para o contexto rodoviário (como foi o estudo realizado por Meeks), mas também para as abordagens referentes ao transito de pessoas a pé nas ruas.

A população negra, sobretudo sua juventude, é a mais queixosa ao relatar o tratamento recebido, em seus encontros, com a polícia militar. Os mesmos reportam que são submetidos à abordagem, inclusive, quando estão na porta de suas casas, na frente de toda a vizinhança³⁶. Embora muito disseminadas entre as comunidades, as queixas de jovens negros, dificilmente são levadas a sério por parte dos poderes públicos. Segundo Reiner (2004), isto acontece porque quando se trata do grupo negro, a polícia tem maior propensão de alegar como justificativa uma provocação do suspeito (uma agressão ou luta violenta). Nas palavras do autor:

“Negros (e outros grupos vulneráveis, como homens e desempregados) são mais passíveis de ter características de “descrédito”, que tornam improváveis suas queixas serem comprovadas.” (Reiner 2004:194).

Dessa forma, o que se analisa a seguir são as representações dos policiais militares sobre as abordagens realizadas com a juventude negra do Distrito Federal:

Entrevistadora: O senhor concorda que jovens negros do sexo masculino chamam mais atenção do policial para abordagem? Se sim, por que isso acontece?

“Eu acho que sim. Eu particularmente não faço isso. Mas a gente que é negro sabe que o racismo tá aí na sociedade e que polícia é só um pedaço dessa sociedade. Se na rua tem muita gente que desconfia dos negros, tem senhora que segura mais forte a bolsa quando vê o negro, aqui também não é diferente, tem PM que aborda só gente negra.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

“Então, pra mim o que importa é a atitude do abordado, então eu não levo em consideração isso. E acho que o policial não deva levar, porque hoje em dia o crime tá muito globalizado. Em toda classe social existe seus criminosos. Mas, é um fato que é constatável, que negro de periferia geralmente tem mais dificuldade de ascender profissionalmente e a tendência é cair no mundo do crime, infelizmente. Então acho que é pro isso que ele chama mais atenção da polícia.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

“Não, não concordo. Eu acho que o que acontece é porque jovens, negros e que moram em periferia são os que são mais desprovidos do aparato do Estado. São os que não tem uma qualificação profissional interessante pra se inserir no mercado de trabalho, são os que não tem um grau de escolaridade suficiente pra competir de igual pra igual com os outros. Então, é um fato que infelizmente é um retrato da nossa sociedade. Eu já ouvi falar do policial carregar essa fama de que aborda mais negro e periferia, mas é isto, é um fato! Se você for perceber a quantidade de pessoas negras que cometem crimes [pausa na fala, hesitou] bem, eu não sei se estatisticamente é maior que

³⁶ Ver relatos contidos no livro: Gangues, galeras, chegados e Rappers: Juventude, violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília. ABRAMOVAY, Miriam (1999).

peças de outras cores, mas eu acredito que é mais um retrato da sociedade que a gente vive, o negro ele tem muito mais dificuldade.”
(policia militar, praça, cor: branca).

Dessa forma, para os policiais a abordagem direcionada ao grupo negro é considerada como uma rotina necessária, visto que o grupo constantemente vigiado tem, na maioria dos casos, sua origem em camadas populares.

Vale observar que a discriminação que é exercida cotidianamente, por vezes, tenta se esconder em discursos que reforçam que o problema do negro no Brasil é puramente social. Embora estudos como os de Marvin Harris³⁷ aleguem que a cor é ambígua, no sentido que para ele, na nossa sociedade o que importa é a classe que o negro pertence. Estudos como os de Kabengele Munanga (2004), Abdias do Nascimento (1978) e Oracy Nogueira (1985) ressaltam o cuidado que devemos ter ao colocar a situação racial estritamente vinculada a critérios sociais. Para Oracy Nogueira, as expressões máximas contidas nos ditados populares de que “dinheiro branqueia”, “o preto rico é branco” na verdade são empregados com um peso de ironia, pois o sentido mais exato seria: “o dinheiro compra tudo, até o *status* para o negro” (NOGUEIRA, Oracy 1985:21). Para o autor, nesse sentido, continuamos a demonstrar um racismo, pois somente visualizamos o negro como ser humano quando seu status socioeconômico é elevado.

Percebemos que as justificativas dos depoentes sustentadas pela tendência de abordar mais cidadãos negros por uma questão de classe, acabam por criminalizar não só a cor, mas também a pobreza.

O imaginário que pessoas de camadas populares cometem mais crimes que os demais, ainda se faz presente nas falas cotidianas. Contrariando este imaginário, Edmundo Campos Coelho (1978) relata que as delinqüências encobertas – infrações cometidas e não detectadas pela polícia – tem os jovens de status sócio-econômico mais altos como os que violam mais freqüentemente e com maior gravidade as leis. Os resultados obtidos nas pesquisas analisadas por Coelho (1978) mostram que não existem diferenças significativas entre as classes no que diz respeito à incidência de

³⁷Ver: Harris, Marvin. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. E também: Harris, Marvin. *Town and country in Brazil*. Nova York: University Press Columbia, 1956.

delinqüência.³⁸ O que acontece e o que se reflete nas estatísticas é “que as pessoas de classe mais baixa não possuem as imunidades institucionais das classes médias e altas, e por isto tem mais probabilidades de serem detectadas, detidas, processadas e condenadas.” (COELHO 2005:279) A exemplo, o autor destaca os chamados crimes *white collar* (crimes de colarinho branco). Estes constituem efetivas violações de leis, no entanto, o que o distingue de outros crimes convencionais (como crime de roubo) é que não estão capitulados nos códigos penais. São considerados comportamentos ilegais, mas não comportamentos criminosos e, por conseguinte, as pessoas que cometem esses crimes, raramente são presas por policiais uniformizados, dificilmente são processadas nos tribunais criminais e, com toda probabilidade, não vão para prisão. O que significa que estas pessoas não estão sujeitas a rituais de degradação social pelos quais passam os criminosos convencionais. Entretanto, Coelho denuncia que crimes *white collar* não deixam de ser crimes apenas porque recebem o nome diferente. (COELHO 2005:281).

3.2.3. Kit peba: Vestimentas Suspeitas

“Logo mais vamos arrebentar no mundão,
De cordão de elite, 18 quilates
Põem no pulso, logo Breitling
Que tal? tá bom?
De lupa Bausch & Lomb,
bombeta branco e vinho”
(Música: Vida Loka- parte 2. Racionais Mc’s)

Nas entrevistas com os policiais, quando se provoca um diálogo sobre o perfil suspeito, os depoentes relatam características detalhadas da representação do suspeito: vestuário, modo de falar e andar.

“É característico de quem tem problema recorrente usar boné bermuda da Cyclone, não sei o que, e uma camisa comprida. Esse é o kit-peba.”
(Policial participante do grupo focal realizado com soldados e cabos da PMDF³⁹)

³⁸Ver: Nye, Ivan F. et alli. Socioeconomic status and delinquent behavior. American Journal of Sociology, n 63, p. 318- 89, Jan. 1958; Maynard, Erickson L. Group violations, socioeconomic status and official delinquency. Social Forces, n.52, p. 41-52.

³⁹ Falas extraídas do grupo focal da pesquisa: “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto.

“É o modo com que ele veste o “kit peba” e se movimentava com o “kit pega” que nos leva a abordar... “ah... O policial não pode vê ninguém com kit peba!” Não, não é bem assim. É o modo com que ele anda com kit peba. Quem anda assim [a policial imita o andar] pode vê, tá no sangue. É “P” puro⁴⁰ (policial militar feminina, praça, cor: negra)

“Você chega pra abordar um cara que está bem vestido, só de olhar pra ele já dá perceber, não tá armado... aí você chega na Ceilândia, com o “kit-peba”: as camisas folgadas, de boné, ele pode estar armado...”
(Policial participante do grupo focal realizado com sargentos da PMDF⁴¹)

“É tipo uma moda entre eles, entende. Só que é uma moda que marca [sic] eles. Que tipo assim, separa eles. E durante as abordagens, durante as operações a gente vai observando que o indivíduo que tá usando essa vestimenta é quem sempre tá nas ocorrências de furto, roubo ou ação violenta de gangues, de homicídio, tráfico e uso de drogas. É sempre esses indivíduos. Essa marca deles nos ajuda, porque aí a gente já identifica fácil quem são os meliantes.”
(policial militar, praça, cor: negra).

Notamos, então, que o “kit peba” é o nome dado ao conjunto de características selecionadas para “identificar” suspeitos. Estamos falando de uma construção complexa de identificação de um grupo social, pois não se trata apenas de vestimentas que estabelecem sujeições criminais. Perceberemos que do ponto de vista do nativo (o policial), o portador do “kit peba” além do vestuário, tem uma forma específica de falar (usa gírias e expressões utilizadas em letras de músicas de rap), o modo de andar é diferenciado (um estilo “gingado” de caminhar, corpo inclinado para frente com os braços para trás balançando). Mais especificamente, os policiais alegam que a depender de como esse conjunto de características se manifesta no suspeito, é possível detectar o quanto desviante o cidadão é. Em outras palavras, os policiais acreditam que existem pessoas adeptas ao estilo peba só que não estão totalmente inseridas no mundo da criminalidade, apenas imitam ou são aprendizes das ações ilícitas (estão caminhando para chegar ao estágio máximo do “peba”). Assim, notamos que o policial consegue identificar também as evoluções contidas nos mapas sociais criados por eles mesmos.

“Tem adolescentes e até crianças que acha bonito aquilo e usa; e não é... E não é “peba”. Ele usa a imagem do “peba” mas, não é “peba”. Tá no cursinho pra ser “peba”.”
(Policial participante do grupo focal realizado com soldados e cabos da PMDF⁴²)

⁴⁰ “P puro” é uma expressão que faz inferência a palavra “peba” em seu extremo.

⁴¹ Falas extraídas do grupo focal da pesquisa: “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto.

“Esse tipo de vestimenta é como se fosse uma auto-afirmação. Em cidades que tem um índice de violência um pouco maior acaba que esses jovens utilizam esse tipo de vestimenta pra poder se afirmar perante aquele contexto social que ele se insere. Mas eu acho também que é uma gradação, tem muita gente que começa a entrar no mundo do crime justamente por aí, começa a se vestir dessa forma, começa a ouvir as musicas que esse tipo de pessoal costuma ouvir e daí pra entrar pro mundo do crime é um passo muito pequeno.”

(policial militar, praça, cor: negra).

Sabemos que as instituições policiais possuem uma formação doutrinada por processos disciplinares padronizados de conduta. A própria indumentária do policial militar o distancia de transparecer sua individualidade e estilo. Por outro lado, é característica da juventude cultivar justamente o seu oposto, isto é, uma tentativa de querer se diferenciar na conduta, no comportamento e no vestuário. Em alguns contextos um grupo juvenil pode até padronizar um estilo de vestimenta, de seu grupo de pertencimento, mas diferencia-se de outros grupos juvenis.

Dessa maneira, o estilo de vestimenta dos jovens de periferia é percebido pelos policiais como um estilo de manifestação de revolta ao ambiente hostil que vivenciam nas cidades satélites do DF. A estereotipagem dos PMs, em relação à moda e aparência do jovem, a partir de suas visões padronizadas, tem potencialidade de gerar processos de conflito e violência nas relações entre os dois grupos.

Levando em consideração as relações entre vestir-se e a sociedade, o sistema de indumentário é “[...] um esquema muito complexo de categorias culturais e de relações entre elas, um verdadeiro mapa – não é exagero dizer – do universo cultural” (Sahlins, 2003: 178). No nosso caso, o “kit peba” está diretamente associado com os elementos do vestuário presente na cultura *HIP HOP*⁴³. Dentro deste universo existem os que cantam e compõem *rap* (*Mc's* e/ou *rappers*), os que dançam (*bboys* ou *bgirls*), os que são encarregados pela batida musical (*DJ's*) e os grafiteiros.

⁴²Falas extraídas do grupo focal da pesquisa: “Identidades Profissionais e Práticas Policiais”, coordenada pela professora Maria Stela Grossi Porto.

⁴³ “Os participantes do Hip Hop procuram diferenciar-se dos demais, escolhendo uma forma de se vestir própria que consiste em calças bem largas e com ‘cavalo’ baixo, as camisetas em números maiores, e quando usam camisetas estas além de grandes, devem sempre trazer estampas com referenciais a grupos de RAP Norte Americanos ou times de basquete desse mesmo país” (FELIX, 2000:66).

Os shows de rap acontecem regularmente em territórios negros, com tom de denúncia, os rappers rimam assuntos como a região de origem dos frequentadores, falta de dinheiro, originalidade, racismo, violência policial entre outros. Muitas vezes, acontecem episódios violentos nos shows, o que tem aumentado a vigilância e até mesmo a proibição de suas exposições públicas. Por esse motivo, policiais alegam que o rap de hoje “perdeu o valor próprio”, “só falam de drogas” e incentivam a juventude a entrar no mundo do crime.

Entrevistadora: O senhor acredita que existem gêneros musicais que influenciam a entrada do jovem no mundo do crime? Se sim, qual seria o gênero?

Ahh... o rap né. O funk também, só que o funk ele já se direciona mais pra questão da sensualidade, que também tem muito a ver com esse mundo do crime, porque muita menina se encanta por esse lado do crime justamente por causa do funk. Só que aqui em Brasília é mais o rap, né. Que antigamente falava da realidade da periferia só que agora começou a deturpar a ideia, começou a alimentar o ódio até contra a própria polícia. A gente costuma a passar pelos lugares, onde a gente trabalha, e o que tá rolando é “o bom é matar policial”. Pô... a gente ouve isso com muita nitidez.
(Policial militar, praça, cor: negra)

Sem dúvida o rap. Eu ouvia muito rap quando adolescente, que dizer ainda ouço, mas é um rap diferente. O rap de hoje só fala de drogas, de violência, de peitar a polícia. Na minha época não era assim. Você pode ver que esses shows de rap só servem pra ensinar coisa errada, pra influenciar a criminalidade. São poucos os que continuam falando de auto-estima, de buscar seu sonho, são poucos.
(Policial militar, praça, cor: negra).

Da mesma maneira que ocorre com os policiais *vis-à-vis* aos jovens *rappers*, esses últimos também desenvolvem representações sobre os primeiros. São críticos quanto à polícia: “A polícia fala que rap é sinônimo de violência. Não é isso não, é a minoria que faz isso”, “Se a gente tem a oportunidade de tá lá em cima do palco, a gente vai falar mal deles e eles têm que aceitar isso”⁴⁴.

Ora, não é nova a aparição da palavra “polícia” em letras⁴⁵ de rap que denunciam a violência exercida pelas corporações de farda em territórios negros. A

⁴⁴ Falas de alguns rappers do Distrito Federal extraídas do livro de Abramovay (2002).

⁴⁵ Letras de rap como: “Não confio na polícia, raça do caralho. Se eles me acham baleado na calçada, chutam minha cara e cospem em mim é... Eu sangraria até a morte...” (música: “Um homem na estrada”, Racionais MC’s). “O gueto sempre tem na frente o inimigo, a polícia é racista mais do que ninguém, na favela entre o céu, inferno, Jerusalém. Lamenta, aguenta enfrenta a batalha. Violenta é a vida no fio da navalha” (Música: “That’s my way”. Edi Rock).

junção de ambos os discursos (policiais e *rappers*) apontam para críticas pesadas, ao ponto de sugerir a existência de conflito latente entre eles.

Por outro lado, alguns policiais percebendo o resultado da “globalização negra”⁴⁶ entre os jovens, apostam no *rap* como uma ferramenta de aproximação e diálogo com os adolescentes oriundos dos territórios negros. Percebe-se o interesse em desenvolver projetos de policiamento comunitário⁴⁷, nesses locais, envolvendo elementos da cultura Hip Hop com atividades de prevenção ao crime:

“Eu conheço dois meninos, eles dizem que gostam de rap, são negros. Eu gosto muito deles. Então... eles gostavam de pichação, foram prum projeto da polícia e hoje são grafiteiros. Eu quero até colocar eles no meu projeto, pra eles ensinarem as crianças a grafitar. Quando eu falo pra um deles, aquele que mora na quadra “Z” do Jardim Paraíso: ‘vou fazer o dia das crianças pra comunidade, eu quero rap, quero funk e num sei o que’. Ele fala: ‘pode deixar comigo que eu vou fazer tudinho pra senhora’.”
(policia feminina, praça, cor: negra).

É importante frisar que o *rap* tem sido ferramenta de construção e fortalecimento da identidade racial de jovens afrodescendentes do Brasil. A saber, o grupo Racionais Mc’s⁴⁸ se intitula uma entidade do Movimento Negro, pois para eles seu rap é a como “a trilha sonora do *ghetto*”⁴⁹. Em consonância a isto, Sansone (2003) acredita que a identidade negra está associada a usos específicos do corpo (negro). Para o autor, a reatualização da memória oral, somada à exibição da gestualidade negra são meios pelos quais afrodescendentes reconhecem a si mesmos, que na tentativa de reverter o estigma associado à negritude, tentam adquirir status em sua cultura como forma de

⁴⁶ O que o antropólogo Sansone (2003) chama de “globalização negra” se refere ao processo iniciado nos anos 80: a disseminação da musicalidade das populações negras, residentes na esfera anglo-saxã (eixo: Nova York, Los Angeles, Kingston e Londres), que aliados à crescente influência da mídia provocaram a massificação de gêneros musicais como rap, R&B, Charme, Ragga. Trata-se de uma estética negra renovada do ponto de vista plástico, ligada ao consumo que reelabora velhos panoramas étnicos de símbolos e produtos associados cultura e identidade negra de origem.

⁴⁷ “A segurança foi refraseada, dentro do discurso da “segurança cidadã” que se resolve por meio de uma série de práticas governamentais produtoras de segurança. Daí a proposta de criação de um modelo de policiamento alternativo – conhecido como polícia comunitária – que emergiu nos EUA e no Canadá, em meados da década de 80 do século passado, de perfil democrático e horizontal – e contraposto ao modelo tradicional da segurança nacional – verticalizado, militarizado e repressivo.” (MUNIZ; MACHADO, 2010:445). Segundo Reiner (2004), a ideia básica da polícia comunitária tem uma ênfase nas relações harmoniosas dentro da força policial entre ela e a sociedade em geral. (Reiner 2004:231).

⁴⁸ Considerado o grupo de rap mais ouvido pela juventude dos territórios negros.

⁴⁹ Frase dita por Mano Brown, integrante do grupo Racionais MC’s, no CD lançado em 1997, intitulado: Sobrevivendo no Inferno.

recuperar a dignidade. Em particular, Sansone (2003) aponta para a existência de um pertencimento juvenil-diásporo oriundos de funkeiros, timbaleiros, rappers e pagodeiros.

Para Hall (2003), se tratando de cultura, a marginalidade conseguiu uma abertura dentro dos espaços dominantes, como por exemplo: no *mainstream*. Na visão do autor isto é resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.

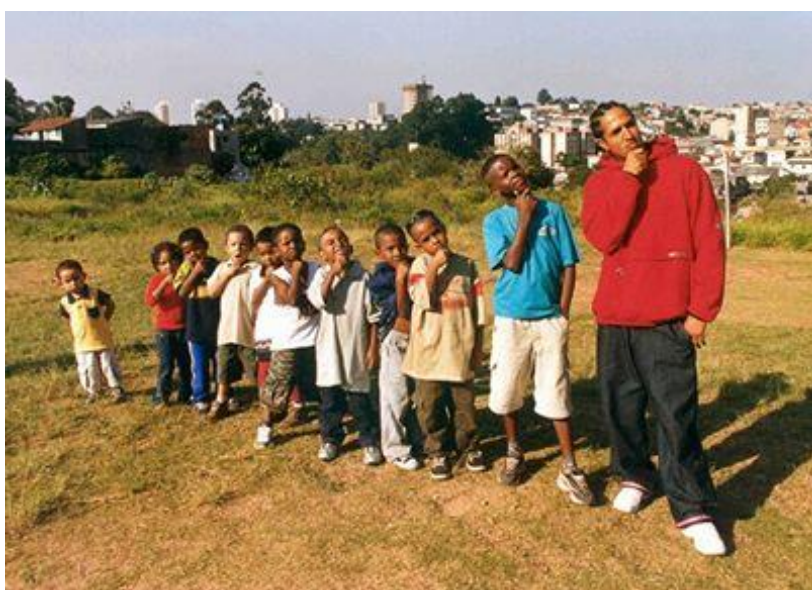


Figura 2- Rapper Mano Brown e crianças da periferia de São Paulo
Fonte: www.google.com

3.3. IDENTIDADE NEGRA NA PMDF:

A imagem que o policial faz de si mesmo acarreta diversas conseqüências em seu cotidiano. Temos, portanto, um conceito importante nessa sessão. Trata-se do conceito de identidade. Stuart Hall (2006) argumenta que a identidade é algo formado, ao longo do tempo, por intermédios de processos inconscientes. Ou seja, não é não algo inato, presente na consciência no momento do nascimento do sujeito. Dessa forma, verifica-se que consciência permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Ora, as pessoas sofrem mudanças na vida oriundas de processos por elas experimentados; é o que vemos acontecer, por exemplo, em sua

participam de um engajamento religioso (Ferreira,1996), um processo de psicoterapia (Mahoney,1991), em um grupo de militância (Souza, 1991) ou até mesmo o ingresso em uma corporação militar (Mattos, 2012).

Hall (2006) prossegue relatando que a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Nesse sentido, acreditamos que a identidade seja uma categoria efetivamente importante para compreendermos não só como o indivíduo se constitui, mas sua maneira de existir, enxergar o mundo e participar ativamente dele.

É fundamental para compreensão da problemática de pesquisa o conhecimento da maneira como o policial militar negro desenvolve sua identidade e se relaciona com os demais, principalmente em contextos sociais adversos, em que é posto na posição de dominado, mas em outros momentos internaliza em um contexto social a posição de dominador.

No entanto, estamos cientes de que falar de identidade é falar de sujeitos entrelaçados na construção de uma enorme teia da trama dramática. Sendo necessário, por vezes, interpelar o não-dito, de nossos depoentes, como resposta ao o que se quer dizer, mas não é permitido. E ao mesmo tempo, ter perspicácia suficiente para reconhecer se o dito é oriundo de falas do “politicamente correto” ou não.

3.3.1. Antes de ser policial: “Eu era um jovem negro andando na Ceilândia”

“E a profecia se fez como previsto
1997 depois de Cristo
A fúria negra ressuscita outra vez...
Aleluia! Aleluia!”
(Música: Capítulo 4,versículo 3. Racionais Mc’s).

Como pontuamos, nas páginas anteriores deste trabalho, a complexa teia de representações de suspeitos é constituída por estratificações sociais. Em outras palavras, a tipologia do suspeito é orientada por percepções de gênero, étnicas, geracionais, econômicas e sócio-culturais. Assim, a questão se torna mais complexa, quando o policial oriundo de um dos nichos identificados como “propriedade da polícia” exerce

posição de vigia ao em vez de vigiado, rompendo com a *self-fulfilling prophecy*⁵⁰. Isto é, quando os mecanismos sociais de controle traçados para negritude e outros grupos sociais, falham. Neste caso, policiais negros não realizaram seus “roteiros típicos”⁵¹, mas sim o seu contrário, saindo da posição de marginalidade para o posto de “controle” dela.

Para os policiais negros, um corpo negro fardado rompe com o mito⁵² historicamente construído da população negra como desordeira e conflituosa. Para eles, a presença massiva de negros na corporação, comprova que os mesmos são controladores e mantenedores da ordem social.

Entrevistadora: “O senhor acredita que ser negro e policial representa algo pra sociedade?”

“Representa, representa sim. Ah... e dentro desta própria pergunta tem também um seguinte, antes de eu entrar na polícia e até agora, que eu tô na polícia, sempre tem o estigma de que negro era ladrão, de que negro era bandido, tinha esse estigma, eu já ouvia falar disto. Então, ser negro e ser PM representa tirar um pouco desse estigma. É como se fosse engrandecer mesmo a nossa raça. Pô... pras pessoas pensarem assim: “tem um negro dentro da PM que pô... ele representa, que ele colabora com a sociedade, ele faz a segurança, colabora com a paz social.” Assim, como também é legal você vê um negro médico, professor...”

(Policial militar, praça, cor: negra).

“Num sei... Acho que inclusão social. O policial é um agente do Estado e que tem uma importância fundamental dentro de um contexto social e você vim de uma raça que já sofreu muita discriminação, acaba que você tem que promover o contrário, né!”

(Policial militar, praça, cor: negra).

“Representa muito. O negro tem que ser sempre três vezes melhor pra provar que consegue fazer alguma coisa. Ser negro e ser policial representa isto, a história de alguém que foi três vezes melhor”.

(Policial militar, praça, cor: negra).

⁵⁰ *self-fulfilling prophecy* [profecia auto-realizadora] seriam os “mecanismos e procedimentos pelos quais se tornam altas as probabilidades empíricas de que os marginalizados cometam crimes (no sentido legal) e sejam penalizados como consequências (ou, inversamente, reduzem-se as probabilidades que grupos se status econômicos mais alto ou que sejam penalizados por suas ações ilegais)” (Coelho, 2005:286).

⁵¹ “É um fato que certos tipos sociais atribuímos maiores probabilidades de desempenhar certos papéis, mas não outros; e a esses tipos sociais imputamos classes limitadas de comportamentos. Assim, determinados papéis sociais são roteiros típicos que se fazem acompanhar atribuições a certas classes de compor tipos particulares de atores sociais” (Coelho, 2005:285). Para saber mais, ver: Anthony R. Harris, “*Sex and Theories of Deviance*”. American Journal of Sociology, nº 42, p. 3-16, fevereiro de 1977.

⁵² “O mito é uma fala, um discurso – verbal ou visual- uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir ilusório, negar a história, transforma-la em “natureza”. Instrumento formal de ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas.” (Souza, Neusa.1983: 25)

Emergem nos discursos de policiais negros uma necessidade de se manter distante da figura de anomia social que é atribuída aos afrodescendentes. Sobre este aspecto, podemos sugerir que policiais negros enxergaram na atividade policial uma possibilidade estratégica de fuga de seus roteiros típicos. Vale ressaltar que, a ascensão econômica negra proporcionada pelo ingresso na polícia, também, é motor para o desvio de um roteiro típico que historicamente é destinada ao negro. Esta não é uma idéia nova no campo de estudo sobre segurança pública, as poucas pesquisas existentes que datam o ingresso de negros nas forças militares, afirmam que a profissão militar serviu ao longo dos anos como mecanismo de ascensão econômica para comunidade negra.

De forma sutil, também percebemos que as falas dos nossos informantes demonstram que para além daquela representação costumeira – presente entre policiais - de vincular a atividade policial ao heroísmo (*ethos* guerreiro⁵³), os policiais negros, ainda constroem sobre si, uma outra representação: a missão heroica de ser o símbolo da “redenção negra”, pois negros, enquanto policiais, no meio racializado, produzem visualmente o efeito de redimir – no sentido mais cristão da palavra – os pecados do tido como “negro desordeiro, tumultuador e marginal.”

Um terceiro aspecto que se destaca nas falas dos informantes são as estratégias de sobrevivência realizadas por policiais negros dentro da corporação, como um preço a ser pago na luta pela ascensão social. Trata-se de estratégias bastante comuns na vivência de diversos negros brasileiros em mobilidade social: ser “três vezes melhor” ou “provar que consegue” são meios pelos quais negros “se afirmam” em público de modo a evitar serem atacados, discriminados ou desacreditados pelo olhar disciplinador branco.

Fanon (2008) já havia percebido que num mundo racializado o negro tem duas dimensões comportamentais: uma com o seu semelhante e outra com o branco. Pois bem, no âmbito de ascensão social negra tal postura dualizada se mostra inda mais evidente, haja vista que executar com êxito as tarefas do mundo competitivo institucionalizado branco é necessário fazer-se perceber como detentor dos valores de pessoas dignas de respeito.

⁵³ *Ethos* guerreiro é um conceito de Norbert Elias (1990), que caracteriza aquela formação subjetiva na qual não se interioriza o controle da emoção que tornam o sujeito capaz de evitar uma resposta belicosa a conflitualidades.

Sabemos que ainda que o policial negro tenha a percepção de querer “ser o melhor” e “promover o contrário” do que lhe foi destinado, dificilmente ele será visto como alguém que na hierarquia racializada brasileira ocupará o mesmo local do branco, se tratando de poder. Como relata Gonzalez (1979), no Brasil, efetivamente, o que existe é uma divisão racial do trabalho. Pois, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação que os brancos ou até mesmo capacitação elevada, os resultados serão sempre favoráveis aos competidores brancos. Quanto a isto, Souza (1983) nos diz:

“Para o negro, entretanto, ser melhor, a despeito de tudo, não lhe garante êxito a concessão do ideal. É que o ideal do Ego negro que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco e ser branco lhe é impossível.”
(Neusa, Souza 1983: 41)

Nas entrevistas realizadas no batalhão, foi perguntado a cada um dos entrevistados se os mesmos já haviam sido abordados, quando ainda não eram policiais militares. Quase todos os dez entrevistados afirmam que sim, com exceção de apenas um deles (de cor branca).

Os policiais auto-declarados brancos, relatam que as abordagens que vivenciaram foram necessárias, pois na ocasião a maioria deles estavam andando na rua em horário suspeito (madrugada) e/ou em locais de pouca iluminação. Já os policiais militares auto-declarados negros alegam que as abordagens que sofreram - no período em que ainda não haviam entrado para PMDF - foram realizadas de maneira desapropriadas. Para eles, os policiais que os abordaram foram truculentos e autoritários.

“Eu já fui, mas eu tava voltando de uma festa com dois amigos, andando na 108 sul de madrugada. Pela situação, até eu abordaria. Eu e meus colegas de início ficamos com medo, mas foi tranquilo, foi aquela abordagem rotineira, revistaram e alertaram pra não ficar andando na rua de madrugada.”
(policial militar, praça, cor: branca).

“Sim, já fui abordado sim. Na época eu era um jovem negro andando na Ceilândia, sem saber pra onde ia, atrás de alguma festa, então eu fui abordado. Mas acredito que são coisas que se unem: o local onde você mora com a cor da sua pele.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

“Sim, já fui. Teve uma situação que eu não sei nem dizer porquê fui abordado, quer dizer, sei sim! Pela cor, né! [faz sinal com o dedo apontando para o braço] Era de manhã, senão me engano, era domingo e eu tava indo comprar pão. Eu sempre morei na periferia, então nessa época eu também morava. Os PMs chegaram já com energia falando pra eu colocar a mão na parede, direcionando a arma pra mim. Sendo que eu acho que tava explícito que eu era um morador de bem... tava me vestido direito. Eu sempre fui vaidoso, então não saía jogado”
(Policial militar, praça, cor: negra),

Surgem aqui, evidências de que policiais negros, aparentemente, compreendem que o fator “cor de pele” possa ter sido característica utilizada como guia de diferenciação quando foram abordados. E por esse motivo, os policiais negros, desta amostra, relatam que buscam fazer seu trabalho de abordagem pautando-se por outros critérios que não o racial. De acordo com eles, ao visualizarem um negro andando na rua é possível estabelecer leituras para além da racial, que indiquem a necessidade ou não de abordá-lo.

“Tipo assim, o que eu vejo aqui é que o pessoal negro - e você que é negra vai até concordar comigo - o pessoal negro daqui do Jardim Paraíso gosta mais de pagode e samba. Por exemplo, quando a gente tá fazendo patrulhamento e vê um rapaz negro, ele vai tá mais vestido com um estilo pra ir pro pagode, prum samba ou indo prum reggae, assim... - tem alguns que usam um cabelo rastafári igual você - aí a gente não vai abordar, porque a probabilidade dele tá envolvido com droga ou está armado é muito pequena.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

“Quantas vezes eu já vi um negro e não abordei? Milhões! Vai depender da situação que ele se encontra. A gente sabe reconhecer quando o negro tá indo passear, quando ele tá indo pra escola, a gente sabe visualizar isto. Não é porque o cidadão é negro que eu vou sair abordando.”
(Policial militar, praça, cor: negra)

Considerando o discurso como um produto sujeito à avaliação, não podemos descartar a possibilidade do poder performativo que as falas desses policiais podem ter, pois o grau em que o discurso anuncia ao grupo sua identidade está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento que busca ter de seu ouvinte:

“Quando falamos, produzimos um produto, um produto que, em certo aspecto, é um produto como outro qualquer, portanto, destinado a estar sujeito não só à interpretação, mas também à avaliação. (...) Concretamente, isso significa que, quando produzo um determinado discurso, preocupo-me mais ou menos com o efeito que ele vai produzir naquele a quem me dirijo. A antecipação do preço que meu discurso receberá ajuda a determinar a forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado – é o silêncio da intimidação.”
(Bourdieu, 2000:53)

No entanto, se levarmos em consideração os relatos dos depoentes negros, no que tange o entrelaçamento entre o seu passado (quando ainda não eram policiais) e as abordagens que executam hoje (enquanto policiais), é possível notar que os nossos informantes buscam, com estas falas, nos comunicar que conseguem estabelecer mapas de suspeição mais apurados quando se trata de jovens negros. Por mais que tal atitude

possa não acontecer na prática. Esses discursos nos sugerem uma ligação direta com o passado destes policiais, quando eram: jovens, não-policiais, negros e periféricos.

Ao que nos parece, policiais negros ao nos comunicarem que não abordariam um jovem negro bem vestido por deduzirem que ele pode estar indo para um samba, nos faz inferir que os mesmos montam seus discursos alicerçados em fatos vivenciados no passado: quando sofreram abordagens desnecessárias por serem negros e, ressaltando-nos não estavam mal vestidos. Ora, não cabe julgar, neste momento, se esse processo de reflexão acontece ou não na prática de abordagem policial com jovens negros – até porque não entrevistamos jovens negros pra saber se isto se aplica. No entanto, falas como estas nos sugerem que policiais negros desejam provar – ainda que inconscientemente – a existência de um afastamento de sua imagem juvenil negra, de outrora, que a sociedade insiste em vinculá-la com figura do ex-peba e/ou ex-marginal.⁵⁴

O ponto que queremos chegar – e de forma cautelosa inferir – é que policiais negros embora majoritariamente oriundos de camadas baixas (assim como os ditos pebas) não desejam ter sua história de vida vinculada à imagem de: os “antigos pebas”, agora, que se tornaram policiais militares. O que desejam realmente transmitir é a ideia de que nunca foram “pebas”, eram apenas “*jovens negros andando na ceilândia*”. Quase que uma necessidade de insistentemente provar que a profecia auto-realizadora não se cumpriu.

⁵⁴ A sociedade culturalmente tende a estigmatizar o trabalho policial, no sentido de encarar seu afazer diário como de pouca complexidade intelectual, ineficiente, de baixa remuneração e ligado unicamente a ocupações manuais. Estes atributos destinados a polícia são os mesmos destinados a profissões encaradas pela sociedade como sendo de baixo prestígio: trabalho doméstico, de operários de construção e etc. Como pontua Everett Hughes ao utilizar a palavra *dirty work* [trabalho sujo] para se referir a algumas profissões, este conceito se referem a tarefas e ocupações que são física, moral ou socialmente degradantes, mas que ao mesmo tempo, vão de encontro com as mais heróicas de nossas concepções morais, como é o caso da polícia.

3.3.2. Policiais Negros Executando Abordagens em Negros

“Um dia um PM negro veio me "embaçar",
e disse pra eu me por no meu lugar.
Eu vejo mano nessas condições não dá...
Será assim que eu deveria estar?”
(Música: “Capítulo 4, versículo 3”. Racionais Mc’s)

Alguns policiais militares negros relatam existe um compromisso em suas atividades de policiamento para com os cidadãos negros. Pouco mais da metade dos policiais entrevistados assume prestar um serviço diferenciado de abordagem para cidadãos negros:

Entrevistadora: “Você acredita que policiais negros tratam pessoas negras de forma diferenciada nas abordagens?”

“Olha, é bem capaz que eu faça isto! Porque é o seguinte: eu tenho a mania de fazer um seguinte, eu pego as meninas negras que era pra estarem na escola e estão na esquina da escola, as vezes namorando, sabe? Dentro do horário escolar. Começando a andar com o povo da maconha e eu falo: “entra na viatura! Mora onde?” Anoto os endereços e entrego na porta de casa: “Dona Maria, a senhora sabe onde tá sua filha?”. As mães dizem: “No colégio”. Daí eu falo: “Essa daqui é sua filha?! Pois bem, a senhora toma cuidado porque quando o policial cuida a gente entrega vivo, quando o bandido cuida não sei se a senhora vai encontrar nem o corpo.” E digo tudo pra mãe: “em vez de tá na escola, ela tava na esquina fumando maconha”.
(policial feminina, praça, cor: negra).

“O que acontece é esse zelo que a gente que é da cor tem quando aborda um negro! Eu costumo dá muito conselho do tipo: “ó... sai dessa vida”, “vai estudar”, “olha você tem condições de alcançar seus objetivos é só você querer”. Porque acaba que a gente se espelha, alí poderia ser você que tá passando por uma dificuldade de inclusão profissional, financeira e tá entrando no mundo do crime por falta de opção. Eu acho que o policial negro tem essa percepção mais aguçada pelo fato de ter sofrido dificuldades pra chegar aonde chegou.”
(policial militar, praça, cor: negra).

Antes de tudo, é importante pontuar que realmente acreditamos que casos como os relatados acima possam fazer parte do trabalho profissional de policiais negros. Contudo, não é possível afirmar que as práticas destes são frequentemente assim orientadas. Até porque, insistimos, não devemos descartar o discurso como produto sujeito à avaliação como relata Bourdieu (2000). Em outras palavras, os jogos estabelecidos entre pesquisador-pesquisado podem se rodar desde discursos do “dizer exatamente o que o pesquisador quer ouvir” até falas sinceras. Sendo assim, nada nos

leva empiricamente a sustentar que a sensibilidade, a compaixão, o sentimento do outro, percebidos pela pesquisadora durante as entrevistas, tenham um peso na ação rotineira destes policiais para com a comunidade negra.

Todavia, sabemos que ter uma atitude respeitosa em relação com os membros da comunidade é importante para atuação policial, no sentido de ampliar sua legitimidade com a sociedade, haja vista que o respeito é uma via de bilateralidade necessária para o alcance da dignidade humana. Ora, se os mesmos sentimentos aflorados em um ambiente artificial/controlado (leia-se: entrevistas realizadas em Batalhão) se manifestam no policial negro em contato com a população negra, isto resulta muito mais de um processo pertencimento racial que ambos partilham, que de atitudes de policiamento que tenham suas bases alicerçadas nos Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Eu era carne, agora eu sou a própria navalha”
(Musica: Nego Drama. Racionais Mc’s)*

A presente monografia foi desenvolvida buscando compreender as representações sociais de policiais negros do DF, no que tange as suas práticas de abordagens e à construção da suspeição policial, como também, revelou-se importante avaliar fatores que nos levassem a refletir a identidade étnico-racial dos policiais entrevistados. Tendo em vista o escopo sob o qual se desenvolveu o trabalho, acreditamos que os dados contidos em cada capítulo contemplam aspectos relevantes para um entendimento mais maduro sobre o problema de pesquisa.

É importante ressaltar que nem todos os dados coletados em campo se encontram presentes neste trabalho, pois levamos em consideração as limitações do desenho estrutural da qual se designa trabalhos monográficos, cujo número de páginas é restrito. Todavia, podemos dizer que o que aqui foi elencado reflete o que julgamos ser mais propício para sugerir e impulsionar a compreensão do paradoxo: policiais negros abordando preferencialmente cidadãos negros.

Em primeiro lugar, ao trabalharmos a noção de racismo institucional estávamos, em verdade, utilizando o conceito de racismo como fator constituinte das relações sociais brasileiras, no âmbito das organizações/instituições. Sabemos que atitudes racistas estão presentes em diversos cenários da teia cotidiana, incluindo os que dizem respeito à instituição Polícia Militar. Neste caso, não só a polícia militar possui exclusividade no patrulhamento de corpos negros, o brasileiro, de modo geral, justifica as hierarquias raciais do Brasil por intermédio da crença que negros tem qualidade inferior. As esferas brasileiras são tão enraizadas pelo denominador “cor”. Nesse sentido Nogueira (2006) chega a dizer que:

“Num país como o Brasil, quando as pessoas ingressam a um espaço publicamente compartilhado, classificam primeiro – imediatamente depois da leitura de gênero – binariamente, os excluídos e os incluídos, lançando mão de um conjunto de vários indicadores, entre os quais *a cor*, isto é, o *indicador baseado na visibilidade* do traço de origem africana, é o mais forte.”
(Nogueira 2006:4)

Ao lembrarmos que o Brasil é um país racista não buscamos, aqui, diminuir a responsabilidade da polícia, enquanto agente de segurança pública, quando utilizar traços diacríticos de afro-descendência como critério de suspeição. Muito pelo contrário, a polícia enquanto representante do Estado deve, portanto, realizar uma profunda autocrítica, e trabalhar inteiramente para que a luta anti-racista esteja no dia a dia de sua corporação.

Diante de um momento novo, com um grande avanço de políticas públicas que visam promover a igualdade racial é importante que a polícia se atualize, como diversos setores públicos já o fizeram, no sentido de admitir publicamente a existência de um racismo sistêmico em seus bastidores institucionais e mostrar que estão dispostos a combatê-lo não só com palavras, mas com projetos e ações concretas na prática.

Contudo, temos a plena consciência que se tratando de uma instituição com cultura militarista centralizadora, com rígida hierarquia linear⁵⁵, uma disciplina draconiana e com um ethos autoritário é, realmente, um desafio institucional promover mudanças, modificar estruturas, procedimentos, cultura e conceitos arraigados há tempos imemoriais.

Mudar é um processo complexo, cujo maior desafio concentra-se mais no convencimento da necessidade de implantar estratégias de mudança do que propriamente desenvolvê-las.

Em segundo lugar, notamos em nossa pesquisa que os policiais entrevistados mesmo sendo oriundos de territórios negros, ainda sim, percebem estes territórios como geograficamente marginais e/ou suspeitos. Nesse sentido, percebemos que por mais que seus relatos nos digam que ainda estabelecem sobre estes territórios vínculo não só profissional (por patrulharem a área) como emocional (por ainda possuírem familiares próximos morando por lá) há – admitem eles- uma maior energia ao lidarem com pessoas destas localidades. Até porque, como bem pontuaram nos capítulos anteriores, os moradores dessas localidades não têm o hábito de fazer ocorrência dos abusos policiais na corregedoria. Ora, esta racionalidade da ação policial de que em uma cidade suspeita, todos os pontos da cidade são suspeitos, como também, todos os moradores que nela circulem, acabam por punir bairros inteiros, incluindo a própria cultura em que, muitas vezes, estes policiais foram socializados.

⁵⁵ No trabalho de campo, os policiais entrevistados demonstraram forte adesão à hierarquia e a disciplina.

Sendo assim, nesse momento, efetivamente é necessário não abandonarmos os pressupostos que nos levaram a eleger o paradoxo (policiais negros abordando preferencialmente jovens negros). Podemos inferir sobre dilema este dilema é que ambos – dominador e dominado – acabam por compartilhar das mesmas representações sociais, posto que:

os agentes sociais e os próprios dominados estão unidos ao mundo social (até mesmo ao mais repugnante e revoltante) por uma relação de cumplicidade padecida que faz com que certos aspectos deste mundo estejam sempre além ou aquém do questionamento crítico. É por intermédio dessa relação obscura de adesão quase corporal que se exercem os efeitos do poder simbólico. A submissão política está inscrita nas posturas, nas dobras do corpo e nos automatismos do cérebro.
(Bourdieu, 2000:60)

Trazemos à luz de nossas reflexões finais a idéia de que aquele que está em posição dominada, inserido em um contexto social que lhe é adverso, acaba por internalizar a própria representação que dele faz o dominador, representação vista, assim, como “natural”, estruturando relações de poder no campo social de tal forma que o dominado passa a assumir uma posição subalterna e, muitas vezes, defender essa posição. Que no caso de policiais negros, se traduz na leitura de que por serem negros, serão sempre vistos como subalternos, do local onde se encontram posicionados na hierarquia racializada brasileira, acabam por internalizar - de forma inconsciente – as atitudes do dominador branco.

Por fim, encerramos este esforço monográfico com uma descrição do que está envolvido nessa complexa trama dos atores negros brasileiros nesta atual sociedade, extraindo um trecho de “A política e a poética da transgressão”, de Stallybrass e White:

“Um padrão recorrente emergente: o “de cima” tenta rejeitar e eliminar o “de baixo” por razões de prestígio e *status* e acaba descobrindo que não só está, de algum modo, freqüentemente dependente desse de baixo-Outro (...) mas também que o de cima inclui simbolicamente o de baixo como constituinte primário erotizado da sua própria fantasia. O resultado é uma fusão móvel e conflitiva de poder, medo e desejo na construção da subjetividade: uma dependência psicológica de precisamente aqueles outros que estão sendo rigorosamente impedidos e excluídos no nível de vida social. É por essa razão que o que é socialmente periférico é amiúde simbolicamente central.”
(Stallybrass; White, 1986, p.3)

À guisa de conclusão, esta pesquisa evidenciou a existência de uma linha tênue que perpassa policiais militares negros e comunidade negra, demonstrando que vigias e

vigiados não mantêm perfis estáticos, pelo contrário, são atores que trocam de papéis entre si a todo tempo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio.

1996. “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa”. Estudos Históricos, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 9, n.18.

ALSTON, Philip.

2008. Relatório da ONU: “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento”. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/mais_destaques/Relatorio%20Philip%20Alston%20-%20A-HRC-11-2-Add2.pdf .

BRASIL.

1988. Constituição Federal. Art. 5º, caput.

2012. Senado Federal. Violência Contra a Juventude Negra no Brasil - Data Senado. Disponível em : http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_juventude_negra.pdf .

2010. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Sistema de Indicadores de Percepção Social- SIPS. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/sips_segurancap_2010.pdf.

2012. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Sistema de Indicadores de Percepção Social- SIPS. Acesso ao site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf . 2012

2013. Últimas Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/18/ele-nao-estava-rezando-diz-policia-sobre-rapezo-que-caiu-de-viaduto-em-belo-horizonte.htm> Acesso ao site: 10 de Novembro de 2013.

BAYLEY, David.

2001. Padrões de policiamento. São Paulo: EDUSP.

BENTO, Maria Aparecida Silva.

2002. Branquitude: O lado oculto do discurso sobre o negro. In: Psicologia Social do Racismo Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

BERGER, Peter L.

1986. Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística, tradução de Donalson M. Garschange. Petrópolis, Vozes.

CARMICHAEL, Stokely e HAMILTON, Charles V.

1967. Black Power. The politics of Libetration in America. Vintage Books, United States of America.

CARVALHO, José Jorge de.

2001. As tecnologias de Segurança e a expansão metonímica da violência. In: Violência Policial Tolerância zero? Ed. UFG; Brasília: MNDH. p.85- 125.

CASTELLS, Manuel.

1979. Problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa, Presença LDA.

COELHO, Edmundo Campos.

2005. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: (Org). COELHO, Magda. A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade. Editora Record. Rio de Janeiro.

COHEN, Stanley.

1972. Moral Panic and Devil Folks. Mackgibbon e Kee LTD. London.

CORRÊA, Ivon.

1998. Manual do Policiamento Ostensivo Geral e Técnica Policial. Brasília.

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

2010. Distrito Federal: Síntese de informações socioeconômicas. Brasília: CODEPLAN.

DAMATTA, Roberto.

1997. *Teoria e Prática do “Sabe com quem está falando?”* In: Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rocco LTDA. Rio de Janeiro, RJ.

DURKHEIM, Émile.

1983. Da divisão do trabalho social. 2ª ed. São Paulo. Abril Cultural.

ELIAS, N.

1990. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FÉLIX, João Batista de Jesus.

2000. Tese de Doutorado: Chic Show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes Blacks Paulistanos. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FOUCAULT, Michel.

2012. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

FOSSAERT, Robert.

1978 . La Societé/3. Les Appareils. Paris, Éditions du Seuil.

GUARESCHI, P.

1996. Representações Sociais: Alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO- SCHULZE, C.M (Org). Novas contribuições para teorização e pesquisa em representação social. Florianópolis: Imprensa Universitária/ UFSC, p.9-35. (Coletâneas da ANEPEPP, 10).

GONZALEZ, Lélia.

1979. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. Texto apresentado na Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Association – Abril 26-29.

HALL, S.

2003. **Que negro é esse na cultura negra?** In: Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Editora UFMG; Brasília.

2006. A identidade cultural na pós-modernidade. Guaraceira Lopes Louro 11ª edição.

HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T. CLARKE, J.& ROBERTS, B.

1978. Policing the Crisis. London, Macmillan.
- HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson Valle.
1993. Estrutura social mobilidade e raça. São Paulo/ Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ.
- LANDAU, S & NATHAN, G.
1983. Selecting Delinquents for Cautioning in London Metropolitan Area. British Journal of Criminology, 23/2, pp.128 -149, April.
- LEE, J. A.
1981. "Some Structural Aspects of Police Deviance in Relations with Minority Groups". In: SHERING, C. (ed.). Organisational Police Work. London, Macmillan.
- LIMA, R. S. de.
2010. *Palavras e números: Violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- MAPA DA VIOLÊNCIA.
2012. Mapa da Violência. A Cor dos Homicídios no Brasil /Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
- MATTOS, Márcio Júlio da Silva.
2012. Dissertação de mestrado: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- MEEKS, Kenneth.
- 2000 .Driving While Black. Broadway Books. New York, p.5.
- MONJARDET, D.
1988. Moderniser, Pour quoi faire? In: Espirit, n.135 fev.
2006. O que faz a polícia? São Paulo: EDUSP.
- MONET, J C.
2001. Polícias e Sociedade na Europa. São Paulo: Edusp.

MUNIZ, Jaqueline Oliveira.

1999. Ser policial é, sobretudo uma razão de ser - Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IUPERJ.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MACHADO, Eduardo Paes.

2010. Polícia pra quem precisa de polícia: Contribuições aos estudos sobre policiamento. Caderno CRH, Salvador, v.23, n.60, p. 437-447.

NASCIMENTO, Abdias do.

1978. O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Aline Maia.

2013. Os Novos Capitães do Mato? Uma análise das relações raciais entre policiais militares e sociedade civil. Relatório final de pesquisa de bolsa CNPq/PROIC/UnB, 2012-2013 (mimeo).

2012. *“Preto e pobre é parecido, mas não é igual”*: As relações raciais no Brasil, uma reflexão à luz das estruturas de estratificação social. Trabalho de conclusão da disciplina “Estrutura de classe e Estratificação Social”, do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. 2º semestre de 2012 (mimeo).

NUCCI, Guilherme de Souza.

2004. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.

OLIVEIRA, Ana Izabel Cardoso de.

2006. Gestão do território, violência, práticas policiais e representação social do lugar: Uma abordagem da Ceilândia, Distrito Federal. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Danilo Roberto Silva de.

2010. Daniel Krepe's Boys: Contos etnográficos e vinhetas literárias contra trajetória e reprodução social. Monografia apresentada no Departamento de Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro.

2003. O Sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

PORTO, Maria Stela Grossi.

2001. Violência e segurança: a morte como poder? In: Violência Policial Tolerância zero? Ed. UFG; Brasília: MNDH. p. 29-51.

2008. Projeto de Pesquisa - Construção Identitária e Auto-Reconhecimento: pré-requisito para a Constituição da Atividade Policial como Profissão e Diminuição da Violência?.

2010. Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana Editora

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda.

2005. Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

REINER, Robert.

2004. A Política da Polícia. São Paulo, Edusp – Série Polícia e Sociedade 11.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda e BELLINI Marta.

Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. Disponível em:
<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf>> Acesso em: 26 de novembro de 2013.

RIBEIRO, Airton Edno.

2009. Dissertação de Mestrado: A Relação da Polícia Militar Paulista com a Comunidade Negra e o Respeito à Dignidade Humana: a Questão da Abordagem Policial. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade de São Carlos/UFScar.

ROLNIK, Raquel.

1989. Território negro nas cidades brasileiras. *Revistas de Estudos Afro-Asiáticos* n° 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro 1989.

SANT'ANNA, Marcel Cláudio.

2006. A cor do espaço, um estudo de caso sobre a segregação socioespacial no espaço urbano de Brasília. Trabalho de conclusão de mestrado em arquitetura e urbanismo, UNB.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva.

2014. A cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça. Dissertação de mestrado em Antropologia do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

SCHWARCZ, Lilian Mortiz.

2012. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1ª edição – São Paulo: Claro Enigma.

SEGATO, Rita.

2005. Raça é signo. *Série Antropologia*. Brasília, n. 373. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie372empdf.pdf>> Acesso em: 04 de novembro de 2013.

SENASP.

2009. O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil. Ministério da Justiça.

Shaw, Clifford R. & McKay, Henry D.

1942. *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

SILVA, Gilvan Gomes da.

2009. Dissertação de mestrado: A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito. Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

SOUZA, Neusa S.

1983. *Tornar-se negro*, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Edições Graal.

STALLYBRASS, Peter; WHITE, Allon.

1985. *The Politics and Poetics of Transgression*. WA: Bay Press.

STARK, R.

1987. Deviant place: a theory of ecology of crime. *Criminology*. Vol. 25, n.4, p 893-909.

SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes.

2001. É possível melhorar a Polícia? In: *Violência Policial Tolerância zero?* Ed. UFG; Brasília: MNDH. p.129-149.

SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo.

2008. Dissertação de Mestrado: O habitus dos policiais militares do Distrito Federal. Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

SKOLNICK, J.

1966. *Justice without Trial*. New York, Wiley.

TYLOR, Edward B.

1871. *Primitive Culture*, Vol 2 (7th ed.). New York, NY, US: Brentano's.

VELHO, Gilberto.

2008. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org). *A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e mérito de pesquisa científica*. Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar Editoras.

WEBER, Max.

1982. Política como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. p. 97-153.

WIEVIORKA, Michel.

2009. El racismo: Una introducción. Barcelona. Gedisa.

APÊNDICE I – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Brasília, 03 de Setembro de 2013.

Prezado Sr (a),

A aluna **Aline Maia Nascimento** está realizando uma pesquisa na área de Práticas Policiais, com o objetivo de conhecer mais e compreender melhor o contexto da Segurança Pública no Distrito Federal.

Como coordenadora desta atividade disciplina, gostaria de solicitar sua autorização para que **Aline Maia Nascimento** possa realizar entrevistas com os policiais deste batalhão.

A colaboração dessa instituição, respondendo às questões que lhe são apresentadas, será condição indispensável para que sejam atingidos os objetivos aos quais o trabalho se propõe.

O anonimato é um pressuposto elementar deste trabalho: as opiniões colhidas serão de grande importância para os resultados que esperamos alcançar e serão mantidas em rigoroso sigilo.

Na expectativa de poder contar com sua inestimável contribuição, coloco-me à disposição para demais esclarecimentos que venham a ser necessários e despeço-me, cordialmente.

Maria Stela Grossi Porto

APÊNDICE II – ROTEIRO TEMÁTICO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM A PMDF

I. Sobre a identidade negra na PMDF

- 1) Qual é o seu grau de escolaridade?
- 2) Há quantos anos você está na PMDF?
- 3) O que você queria ser quando criança?
- 4) Por qual motivo você ingressou na PMDF?
- 5) Qual era sua profissão antes de ingressar na PMDF?
- 6) Qual foi a reação da sua família/amigos ao saber que você ingressou na PMDF?
- 7) Você tem algum familiar na PMDF?
- 8) Você já sofreu discriminação racial? Como aconteceu?
- 9) Você já se sentiu discriminado por ser negro na PMDF? Você pode me contar como foi?
- 10) Você já viu alguém sendo discriminado na PMDF? Como aconteceu?
- 11) Alguém já te contou que se sentiu discriminado dentro da corporação?
- 12) Você acha que ser negro e ser policial representa algo para sociedade? O que?
- 13) Você se sente mais respeitado quando fardado?

II. Sobre Suspeição

- 14) Qual a importância da abordagem para o trabalho policial?
- 15) O que leva o policial a considerar uma pessoa suspeita?
- 16) Qual seu maior receio em uma abordagem?
- 17) Quais cuidados que o policial deve ter na hora de abordar um suspeito?
- 18) Você acredita que existam tipos de pessoas que já nascem com uma “índole” para o crime?
- 19) Você acha que há diferenças de abordagens entre áreas nobres e áreas periféricas?
- 20) Você pode citar características importantes que orientam o policial na hora de abordar um possível suspeito?
- 21) Você concorda que jovens negros do sexo masculino chamam mais atenção do policial para abordagem? Se sim, por que isso acontece?
- 22) Antes de ser policial, você já foi abordado pela polícia? Como foi?
- 23) [Se resposta foi sim na pergunta anterior] Hoje com a visão de policial, você encara a abordagem que você recebeu, no passado, como necessária e correta?
- 24) Afirma-se que os jovens negros estão mais envolvidos em atitudes ilícitas, você concorda com isso? Por quê?
- 25) Você acredita que policiais brancos tratam pessoas negras de forma diferenciada nas abordagens? Por quê?
- 26) Você acredita que policiais negros tratam pessoas negras de forma diferenciada nas abordagens? Por quê?